

PREGÃO ELETRÔNICO

58/2026

CONTRATANTE

AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL EM SAÚDE PÉ DA SERRA

OBJETO

Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) e materiais correlatos destinados à segurança do trabalho

VALORTOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 22.641,01 (vinte e dois mil seiscentos e quarenta e um reais e um centavos)

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

Data e horário para envio de propostas; das 08:00 do dia 05/08/2026 até as 09:00 do dia 19/08/2026. (Horário de Brasília - DF).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 19/08/2026 às 09:00h (horário de Brasília - DF), no endereço eletrônico <https://ammlicita.org.br/>.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO...	6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	14
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	16
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	19
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	20
11. DOS RECURSOS	21
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	22
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	24
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	25

AGENCIA DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL EM SAÚDE PÉ DA SERRA**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2026**

(Processo Administrativo nº 108/2026)

Torna-se público que a Agência de cooperação intermunicipal em saúde pé da Serra - ACISPES, por meio do Departamento de Licitações e Contratos, sediado junto à Rua Ataliba de Barros, nº 05, São Mateus, Juiz de Fora – MG, CEP nº 36.025-001, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é para Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) e materiais correlatos destinados à segurança do trabalho, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que demonstrarem aptidão à execução do objeto, conforme preenchimento das exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, bem como e econômico-financeira, além de efetuarem o lançamento das certidões e participarem da sessão de lances pelo sistema <https://ammlicita.org.br/>.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.13.1. Essa exigência será verificada apenas do licitante vencedor e para fins de definição de lista de colocação, bem como que em casos de dúvida a administração pública poderá empreender diligências durante a licitação visando ao esclarecimento de fatos.”

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, a saber, 09:00 do dia 19 de agosto de 2026.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item 8.1.1 deste Edital.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de](#)

2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão

ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. MENOR PREÇO POR ITEM

5.1.2. Marca;

5.1.3. *Fabricante;*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.7.4. Caso o critério de julgamento seja o de menor valor, este deverá compreender até duas casas decimais. Exemplo para fins de compreensão: R\$ 12,34 (doze reais e trinta e quatro centavos).

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União ou pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a depender da origem do recurso utilizado na contratação, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 1% (um por cento.)*.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.4 e 4.5 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.6.1. conter vícios insanáveis;
- 7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;

7.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira deverá ser lançada no sistema “AMM Licita” em formato “pdf”.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 15% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia autenticada.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação **NÃO** poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, e desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do lançamento de certidões informações no sistema <https://ammlicita.org.br/>, nos documentos por ele abrangidos, devendo tais estarem em formato “PDF”.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais, relativos aos documentos lançados no sistema “AMM Licita”, e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

8.13. A verificação no sistema “AMM Licita” (<https://ammlicita.org.br/>) para apuração da exigência dos documentos exigidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://ammlicita.org.br/>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *através do sistema “AMM Licita”* (<https://ammlicita.org.br/>) no campo próprio para tanto.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço no sistema “AMM Licita” (<https://ammlicita.org.br/>).

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

14.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

Geisiane Rocha Barbosa
Agente de Contratação - Fase Externa



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 35C3-EFE7-C9D9-BF91

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



GEISIANE ROCHA BARBOSA (CPF 119.XXX.XXX-83) em 04/08/2026 13:51:19 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://acispes.1doc.com.br/verificacao/35C3-EFE7-C9D9-BF91>

Proc. Licitatório 21- 108/2026

De: Mirelle C. - LIC-FI

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 03/08/2026 às 08:50:50

Setores envolvidos:

PRES, ASSJ-PRES, DEP-CON, DEP-ST, LIC-FI

Aquisição de EPIS

Conforme informado no parecer jurídico, foi realizada a alteração do item 8.3 do Termo de Referência, em atendimento às orientações apresentada, portanto segue em anexo

—

Mirelle Monteiro da Costa

Sup. de licitações

Anexos:

03_TR_MINUTA.pdf

Processo n° 108/2026

Ref: Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) e materiais correlatos destinados à segurança do trabalho.

TERMO DE REFERÊNCIA

AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL EM SAÚDE PÉ DA SERRA

(Processo Administrativo nº108/2026)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) e materiais correlatos destinados à segurança do trabalho, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Nº Item	Cód.	Descrição	Unidade	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	979601483	Bota de borracha TAM. 35 Cor PRETA - Bota de borracha TAM. 35 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10	52,2000	522,0000
002	979601484	Bota de borracha TAM. 36 Cor PRETA - Bota de borracha TAM. 36 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10	52,2700	522,7000
003	979601485	Bota de borracha TAM.37 Cor PRETA - - Bota de borracha TAM.37 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho	Par	10	47,1400	471,4000

Assinado por 3 pessoas: WAGNER GUARDIANO ABREU, NATHANIEL SELIS DE ASSIS SILVA e MIRELLE MONTEIRO DA COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://acispes.1doc.com.br/verificacao/8168-4208-9736-8D5C>

		antiderrapante.				
004	979601 486	Bota de borracha TAM.38 Cor PRETA - - Bota de borracha TAM.38 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10	47,1200	471,2000
005	979602 671	Bota de borracha TAM. 39 Cor PRETA - Bota de borracha TAM. 39 Cor PRETA- Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10	50,7200	507,2000
006	979601 488	Bota de borracha TAM.40 Cor PRETA - Bota de borracha TAM.40 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10	50,5500	505,5000
007	979601 489	Bota de borracha TAM.41 Cor PRETA - Bota de borracha TAM.41 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10	50,5500	505,5000

008	979601 490	Bota de borracha TAM.42 Cor PRETA - Bota de borracha TAM.42 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10	50,5700	505,7000
009	979601 491	Bota de borracha TAM. 43 Cor PRETA - - Bota de borracha TAM. 43 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	2	50,5500	101,1000
010	979602 662	Botina de segurança sem biqueira nº 36 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 36 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25	56,3700	1.409,2500
011	979602 663	Botina de segurança sem biqueira nº 37 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 37 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25	56,3700	1.409,2500
012	979602 664	Botina de segurança sem biqueira nº 38 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 38 Cor Preta -	Par	25	56,3700	1.409,2500

		Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.				
013	979602665	Botina de segurança sem biqueira nº 39 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 39 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25	56,3700	1.409,2500
014	979602666	Botina de segurança sem biqueira nº 40 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 40 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25	56,3700	1.409,2500
015	979602667	Botina de segurança sem biqueira nº 41 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 41 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25	56,3700	1.409,2500
016	979602668	Botina de segurança sem biqueira nº 42 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 42 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25	56,3700	1.409,2500

017	979602 669	Botina de segurança sem biqueira nº 43 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 43 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	10	56,3700	563,7000
018	979602 670	Botina de segurança sem biqueira nº 44 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 44 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	10	56,3700	563,7000
019	225820 7	Capa de Chuva Amarela Impermeável - O material PVC é leve, atóxico e fácil de higienizar, o material veta totalmente a passagem de água. Para que serve: A capa de chuva é ideal para quem precisa se sair na chuva. Características: Material PVC flexível e impermeável Costuras seladas eletronicamente. Fechamento frontal com quatro botões de pressão. Touca Fixa Manga Longa Cor amarela Tamanho G Altura: 1,20mt Largura: 60cm	Unidade	10	30,2300	302,3000
020	979601 492	Cone de Sinalização, altura 75cm Laranja e Branco - Cone de Sinalização, altura 75cm Laranja e Branco - Cone de sinalização utilizado	Unidade	4	62,4100	249,6400

		em vias públicas e em rodovias de todo território nacional. Sua função é controlar e auxiliar a sinalização, utilizado para canalizar, direcionar o tráfego e delimitar áreas. Sinalização das ruas, rodovias, veículos e para a delimitação de determinadas áreas, sempre visando à segurança e a tranquilidade das pessoas, Medidas da Base: 360 x 360 mm. Peso do Cone: 1 Kg.				
021	2258954	Creme de Proteção para as Mãos 200g - O creme de proteção para as mãos PM 1000 é um creme grupo 3 – água e óleo-resistente – pintura. Não contém silicone. É testado dermatologicamente. É removido com água e sabonete. Pode ser aplicado em qualquer parte do corpo, inclusive sob luvas. Indicação: Indicado para proteção da pele do usuário contra água, vernizes, tintas, óleos, solventes, graxas, cimento, cal, argamassa, lã de vidro, colas instantâneas, resinas, ácidos e bases em diluição até 15%.	Unidade	5	14,0500	70,2500
022	979601473	Fita antiderrapante largura 48mm x 30m - Fita antiderrapante largura 48mm x 30m - Fita a base de sílica, filme de poliéster, polímero e	Rolo	2	177,8000	355,6000

		copolímero adesivo.				
023	979601 472	Fita de Segurança para isolamento de área zebra- - Fita Zebrada de sinalização e segurança produzida em filme de polietileno de baixa densidade sem adesivo, impresso em duas cores preto e amarelo, com espessura de 3 micras e colocada num tubete de papelão com largura de 70 mmx 200 metros.	Rolo	5	29,0000	145,0000
024	225829 4	Luva de Algodão Com Pigmentos Palma e Dorso - tamanho G. - Luva de Algodão Com Pigmentos Palma e Dorso - proteção contra agentes mecânicos e abrasivos. Tricotada em algodão, pigmentada com pontos em PVC, totalmente sem costuras, superconfortável, com uma boa destreza e sensibilidade para proteção da mão, tamanho G.	Par	20	4,8600	97,2000
025	979601 466	Luva de segurança com alta resistência a corte - Luva de segurança com alta resistência a corte, abrasão, rasgamento e perfuração- desenvolvida em algodão e poliéster de alta qualidade com revestimento corrugado, a luva de proteção que oferece excelente aderência. A luva de proteção deve ser desenvolvida em algodão e poliéster com	Par	100	22,9400	2.294,0000

		revestimento total (palma e dorso) de borracha natural e parcial (palma e ponta dos dedos) de borracha natural corrugado. Punho elástico. Tamanho G				
026	979601 465	Luva Ranhurada - Luva de segurança, confeccionada em borracha natural, ou seja látex, super-reforçada, clorinada internamente, superfície externa antiderrapante na face palmar, nos dedos e na ponta dos dedos, Certificações ISSO 374 Tipo A, EN 388, EN 407, tamanho G.	Par	150	11,7200	1.758,0000
027	979601 469	Luva Segurança de vaqueta - luva de proteção feita de couro de vaqueta, utilizadas em trabalhos que envolvem manuseio de materiais ásperos, uso de ferramentas manuais, trabalhos em construção, indústria pesada, agricultura e outras atividades que apresentam riscos para as mãos, tamanho G.	Par	50	22,4700	1.123,5000
028	225767 9	Oculos RJ Incolor - Óculos de segurança constituído de um arco de material plástico preto, com um pino central e uma fenda em cada extremidade, utilizadas para o encaixe de um visor de policarbonato incolor, com apoio nasal e proteção lateral injetada do mesmo material, com	Unidade	50	6,4200	321,0000

		um orifício na parte frontal superior e uma fenda em cada extremidade para o encaixe no arco. O arco possui borda superior com meia-proteção na parte frontal e nas bordas. As hastes são confeccionadas do mesmo material do arco e são compostas de duas peças: uma semi-haste vazada com umas das extremidades fixadas ao arco por meio de parafuso metálico e outra semi-haste com um pino plástico em uma das extremidades da semi-haste anterior e que permite o ajuste do tamanho.				
029	979601 493	Placa sinalizadora Piso Molhado - Placa feita em PEAD - Placa sinalizadora Piso Molhado - Placa feita em PEAD - Polietileno de Alta Densidade, maior durabilidade, resistência e leveza. Medida Aberta: 65 cm (altura) x 27 cm (largura) x 31 cm (profundidade) Medida Fechada: 67 cm (altura) x 27 cm (largura) x 25 cm (profundidade).	Unidade	4	68,6800	274,7200
030	225829 7	Protetor Auricular de Silicone Tipo Plug - Protetor Auricular de Silicone Tipo Plug com atenuação de até 15 Decibéis ,têm um design com 3 flanges único que ajuda a fornecer um	Unidade	25	5,8500	146,2500

		ajuste seguro e confortável. Ajuda também a criar um selo de bloqueio de ruído suave no canal auditivo para a efetiva proteção auditiva, fácil remoção e ajuda a manter as pontas limpas quando as mãos do trabalhador estão sujas.				
031	979601471	Protetor Solar FPS 60 - Proteção à pele contra os efeitos nocivos da radiação solar, prevenindo as queimaduras solares. Com toque seco e fácil espalhabilidade, não deixa a pele esbranquiçada e possui aplicação rápida e prática 120 ml.	Frasco	10	39,9100	399,1000
Total ==>						22.641,0100

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Resolução nº 15/2025.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do dia 24/08/2026, considerando o fim da vigência do processo anterior, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada nos termos da legislação vigente, mediante justificativa formal e comprovação da vantajosidade para a Administração. Na hipótese de prorrogação, o saldo dos quantitativos registrados nesta ATA será renovado integralmente, restabelecendo-se, para o novo período de vigência, os quantitativos originalmente registrados, permanecendo inalteradas as demais condições pactuadas.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto Plano de Contratações Anual [2026], conforme consta das informações básicas desse termo de referência, nº101.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. A execução do objeto ocorrerá por meio do fornecimento parcelado dos itens, conforme as necessidades da ACISPES, durante a vigência da contratação. As solicitações serão formalizadas mediante emissão de requisição de fornecimento pelo setor competente, observadas as quantidades e especificações previstas no Termo de Referência.

5.2. O fornecedor deverá realizar a entrega dos materiais no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da solicitação.

5.3. Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado da ACISPES, localizado na Rua Dr. José Barbosa, nº 8, Bairro São Mateus, Juiz de Fora/MG, CEP 36025-270, Andar E3 (Entrada pela Guarda Mirim), em dias úteis, no horário de funcionamento da instituição ou outro previamente acordado com o setor responsável.

5.4. Os produtos entregues deverão estar em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas, apresentar perfeitas condições de uso, possuir Certificados, quando aplicável, e atender às normas técnicas e de segurança vigentes.

5.5. O recebimento dos materiais será realizado pelo servidor designado, que verificará a conformidade das especificações, quantidades e condições dos produtos.

5.6. Os itens que apresentarem irregularidades, defeitos, divergências em relação ao solicitado ou estiverem em desacordo com as exigências da contratação serão recusados, cabendo ao fornecedor substituí-los, sem ônus para a ACISPES, no prazo estabelecido pela Administração.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.7. O fiscal técnico e administrativo do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico e administrativo do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#)):

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal técnico e administrativo do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico e administrativo do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico e administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.7.6. Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal técnico e administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal técnico e administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, que no caso de aplicação das penalidades constantes dos incisos III e IV do artigo 156 da Lei 14.133 deverá ser conduzida pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

- 7.13.1. No caso do fornecedor não possuir registro no SICAF, deverá juntamente com o encaminhamento da nota fiscal, encaminhar a seguinte documentação: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante

a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, ou mediante a documentação fornecida, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou diretamente ao órgão competente, caso não possua registro no SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e

contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será PARCELADO.

8.3. O fornecimento parcelado dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) e materiais correlatos destinados à segurança do trabalho é necessário em razão da demanda contínua e variável dos serviços. Essa forma de entrega permite adequar o abastecimento às necessidades da Administração, evitando desabastecimento, excesso de estoque, perdas por vencimento e custos desnecessários com armazenamento, garantindo a continuidade e a eficiência dos serviços prestados.

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda *Federal, Estadual e Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Federal, Estadual e Municipal* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25.5. Os documentos exigidos no *caput* serão dispensados para Microempresa ou Microempreendedor individual, considerando a disposição do artigo 1.179 do Código Civil de 2002, bem como a definição do artigo 18-A, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, sendo, neste caso, exigido no mínimo a apresentação de receita bruta por demonstração do registro de vendas ou de prestação de serviços na forma estabelecida pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo 10% (dez por cento), do valor total estimado da contratação.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

8.28. Os itens 1 a 19, 24 a 28 e 30 (luvas, máscaras PFF2/N95, óculos de proteção, protetores auriculares, capas de chuva, botinas e botas de segurança) deverão possuir Certificado de Aprovação (CA) válido, expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), compatível com as especificações de cada item, em conformidade com a Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6). Os itens 21 e 31 (protetor solar e creme de proteção para as mãos) estão dispensados da apresentação de CA, por não serem classificados como Equipamentos de Proteção Individual, devendo, contudo, atender integralmente às exigências sanitárias e regulamentações aplicáveis.

8.29. A Administração poderá exigir, a seu critério, a apresentação de amostras dos produtos ofertados, as quais deverão ser entregues no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis após a solicitação, para avaliação da conformidade com as especificações técnicas. Além disso, a licitante deverá anexar à proposta comercial folder, catálogo ou ficha técnica dos produtos ofertados, contendo suas características técnicas, de forma a possibilitar a verificação da compatibilidade com as especificações.

8.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.30.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.30.3. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.30.4. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.30.5. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.6. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.30.7. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.30.8. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.30.9. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.10. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 22.641,01 (vinte e dois mil seiscentos e quarenta e um reais e um centavos), conforme valor total descrito na tabela no item 1.1 deste documento.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Agencia de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra – ACISPES.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

3.3.90.30.00.1.01.01.10.122.0001.2.0001 – Administração

3.3.90.30.00.1.04.01.10.122.0001.2.0007 - Rateio

Wagner Guardiano Abreu

Agente de Contratação
Fase interna de licitação

Mirelle Monteiro da Costa

Equipe de Apoio
Fase interna de licitação

Nathanael Selis de Assis Silva

Tecnico de Segurança do Trabalho



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 8168-4208-9736-8D5C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



WAGNER GUARDIANO ABREU (CPF 062.XXX.XXX-98) em 03/08/2026 09:10:38 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



NATHANAEL SELIS DE ASSIS SILVA (CPF 104.XXX.XXX-97) em 04/08/2026 12:14:40 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MIRELLE MONTEIRO DA COSTA (CPF 133.XXX.XXX-62) em 04/08/2026 13:46:41 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://acispes.1doc.com.br/verificacao/8168-4208-9736-8D5C>

Proc. Licitatório 13- 108/2026

De: Mirelle C. - LIC-FI

Para: LIC-FI - Licitação Fase Interna

Data: 23/07/2026 às 15:50:18

Setores envolvidos:

DEP-CON, DEP-ST, LIC-FI

Aquisição de EPIS

Em atendimento às orientações constantes nos despachos anteriores, foram promovidas as devidas alterações no Estudo Técnico Preliminar (ETP). Assim, encaminho o documento para análise e assinatura.

—

Mirelle Monteiro da Costa

Sup. de licitações

Anexos:

02_ETP____ANEXOS.pdf

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da IN 40/2020)

A presente contratação tem por objetivo a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) e materiais correlatos destinados à segurança do trabalho, visando atender às necessidades da ACISPES e garantir a segurança, a saúde e a integridade física dos colaboradores no exercício de suas funções. A contratação contempla, além dos EPIs, materiais de proteção coletiva, como cones de sinalização, placas de sinalização de piso molhado, fitas antiderrapantes e outros itens correlatos, refletindo adequadamente o conjunto de materiais necessários à promoção de um ambiente de trabalho seguro. Esta ação está alinhada ao Planejamento Estratégico da instituição, que estabelece, entre seus eixos prioritários, a promoção de um ambiente de trabalho seguro, saudável e em conformidade com as normas vigentes de segurança do trabalho. Ressalta-se que a ACISPES possui atualmente contratação vigente para o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual, formalizada por meio do Processo Licitatório nº 209/2025, cuja vigência se encerra em agosto de 2026. Considerando que a nova

contratação abrangerá também Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) e materiais correlatos destinados à segurança do trabalho, bem como a proximidade do término da vigência contratual e o tempo necessário para a instrução, tramitação e conclusão de um novo procedimento licitatório, faz-se necessária a abertura antecipada do presente processo, a fim de assegurar a continuidade do fornecimento desses materiais, evitando desabastecimento e prejuízos às atividades desenvolvidas pela instituição. A aquisição dos EPIs, EPCs e materiais correlatos justifica-se pela necessidade de atendimento à legislação trabalhista e às normas regulamentadoras aplicáveis, em especial à Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6), que disciplina o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual, bem como às demais normas de segurança e saúde no trabalho que tratam da adoção de medidas de proteção coletiva. Tais materiais são indispensáveis para a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, reduzindo a exposição dos trabalhadores a riscos físicos, químicos, biológicos, mecânicos e de acidentes, proporcionando condições adequadas para a execução das atividades laborais. Adicionalmente, a medida reforça o compromisso institucional com a valorização dos colaboradores e a preservação da capacidade operacional da ACISPES, ao minimizar riscos ocupacionais e evitar afastamentos relacionados ao ambiente de trabalho. A contratação também visa garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, promovendo a eficiência administrativa, a sustentabilidade das operações e o respeito aos princípios da administração pública, especialmente os da legalidade, eficiência, economicidade e moralidade. Dessa forma, a contratação ora solicitada revela-se essencial e estratégica, não apenas por atender às necessidades operacionais da ACISPES, mas também por assegurar a disponibilidade contínua de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) e materiais correlatos destinados à segurança do trabalho, em conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis. Assim, ao término da vigência do Processo Licitatório nº 209/2025, a instituição contará com novo instrumento contratual apto a manter o fornecimento contínuo dos materiais necessários à proteção dos colaboradores e à promoção de um ambiente de trabalho seguro.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão; (Art. 7º, inciso IX da IN 40/2020)

Declaro que esta contratação está prevista no Plano Anual de Contratações da Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra (2026), conforme Item nº 101.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso II da IN 40/2020).

Deverá ser apresentada pela empresa toda a documentação necessária para a participação do procedimento licitatório, habilitação jurídica, habilitação fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeiro, e qualificação técnica de acordo com o objeto.

Habilitação jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à

verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Federal, Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006,

estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Os documentos exigidos no caput serão dispensados para Microempresa ou Microempreendedor individual, considerando a disposição do artigo 1.179 do Código Civil de 2002, bem como a definição do artigo 18-A, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, sendo, neste caso, exigido no mínimo a apresentação de receita bruta por demonstração do registro de vendas ou de prestação de serviços na forma estabelecida pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC),

será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

Os itens 1 a 19, 24 a 28 e 30 (luvas, máscaras PFF2/N95, óculos de proteção, protetores auriculares, capas de chuva, botinas e botas de segurança) deverão possuir Certificado de Aprovação (CA) válido, expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), compatível com as especificações de cada item, em conformidade com a Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6).

Os itens 21 e 31 (protetor solar e creme de proteção para as mãos) estão dispensados da apresentação de CA, por não serem classificados como Equipamentos de Proteção Individual, devendo, contudo, atender integralmente às exigências sanitárias e regulamentações aplicáveis.

A Administração poderá exigir, a seu critério, a apresentação de amostras dos produtos ofertados, as quais deverão ser entregues no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis após a solicitação, para avaliação da conformidade com as especificações técnicas.

Além disso, a licitante deverá anexar à proposta comercial folder, catálogo ou ficha técnica dos produtos ofertados, contendo suas características técnicas, de forma a possibilitar a verificação da compatibilidade com as especificações.

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por

peçoas jurídcas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso V da IN 40/2020).

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base na demanda apresentada pelo setor requisitante, conforme quantitativos constantes do Memorando nº 509/2026, refletindo a necessidade prevista para atendimento das atividades da ACISPES durante a vigência da contratação. Os quantitativos foram definidos de acordo com o planejamento do setor demandante, visando garantir o adequado abastecimento dos materiais necessários ao desempenho de suas atividades.

Ressalta-se que os quantitativos dos itens botina foram alterados conforme solicitação constante no Despacho nº 3-108/2026, adequando a estimativa às necessidades atualizadas apresentadas pelo setor demandante.

Segue tabela contendo o quantitativo e a descrição a ser adquirida conforme solicitação:

Nº Item	Cód.	Descrição	Unidade	Quantidade
001	979601483	Bota de borracha TAM. 35 Cor PRETA - Bota de borracha TAM. 35 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10

002	979601484	Bota de borracha TAM. 36 Cor PRETA - Bota de borracha TAM. 36 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10
003	979601485	Bota de borracha TAM.37 Cor PRETA - - Bota de borracha TAM.37 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10
004	979601486	Bota de borracha TAM.38 Cor PRETA - - Bota de borracha TAM.38 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10
005	979602671	Bota de borracha TAM. 39 Cor PRETA - Bota de borracha TAM. 39 Cor PRETA- Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10
006	979601488	Bota de borracha TAM.40 Cor PRETA - Bota de borracha TAM.40 Cor PRETA -Calçado ocupacionatipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10
007	979601489	Bota de borracha TAM.41 Cor PRETA - Bota de borracha TAM.41 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem	Par	10

		forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.		
008	979601490	Bota de borracha TAM.42 Cor PRETA - Bota de borracha TAM.42 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10
009	979601491	Bota de borracha TAM. 43 Cor PRETA - - Bota de borracha TAM. 43 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	2
010	979602662	Botina de segurança sem biqueira nº 36 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 36 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25
011	979602663	Botina de segurança sem biqueira nº 37 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 37 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25
012	979602664	Botina de segurança sem biqueira nº 38 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 38 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25
013	979602665	Botina de segurança sem biqueira nº 39 Cor Preta - Botina	Par	25

		de segurança sem biqueira nº 39 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.		
014	979602666	Botina de segurança sem biqueira nº 40 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 40 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25
015	979602667	Botina de segurança sem biqueira nº 41 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 41 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25
016	979602668	Botina de segurança sem biqueira nº 42 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 42 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25
017	979602669	Botina de segurança sem biqueira nº 43 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 43 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	10
018	979602670	Botina de segurança sem biqueira nº 44 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 44 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	10

		lacerações.		
019	2258207	Capa de Chuva Amarela Impermeável - O material PVC é leve, atóxico e fácil de higienizar, o material veta totalmente a passagem de água. Para que serve: A capa de chuva é ideal para quem precisa se sair na chuva. Características: Material PVC flexível e impermeável Costuras seladas eletronicamente. Fechamento frontal com quatro botões de pressão. Touca Fixa Manga Longa Cor amarela Tamanho G Altura: 1,20mt Largura: 60cm	Unidade	10
020	979601492	Cone de Sinalização, altura 75cm Laranja e Branco - Cone de Sinalização, altura 75cm Laranja e Branco-Cone de sinalização utilizado em vias públicas e em rodovias de todo território nacional. Sua função é controlar e auxiliar a sinalização, utilizado para canalizar, direcionar o tráfego e delimitar áreas. Sinalização das ruas, rodovias, veículos e para a delimitação de determinadas áreas, sempre visando à segurança e a tranquilidade das pessoas, Medidas da Base: 360 x 360 mm. Peso do Cone: 1 Kg.	Unidade	4
021	2258954	Creme de Proteção para as Mãos 200g - O creme de proteção para as mãos PM 1000 é um creme grupo 3 – água e óleo-resistente – pintura. Não contém silicone. É testado dermatologicamente. É removido com água e sabonete. Pode ser aplicado em qualquer parte do corpo, inclusive sob luvas. Indicação: Indicado para proteção da pele do usuário	Unidade	5

		contra água, vernizes, tintas, óleos, solventes, graxas, cimento, cal, argamassa, lã de vidro, colas instantâneas, resinas, ácidos e bases em diluição até 15%.		
022	979601473	Fita antiderrapante largura 48mm x 30m - Fita antiderrapante largura 48mm x 30m - Fita a base de sílica, filme de poliéster, polímero e copolímero adesivo.	Rolo	2
023	979601472	Fita de Segurança para isolamento de área zebra - Fita Zebra de sinalização e segurança produzida em filme de polietileno de baixa densidade sem adesivo, impresso em duas cores preto e amarelo, com espessura de 3 micras e colocada num tubete de papelão com largura de 70 mm x 200 metros.	Rolo	5
024	2258294	Luva de Algodão Com Pigmentos Palma e Dorso - tamanho G. - Luva de Algodão Com Pigmentos Palma e Dorso - proteção contra agentes mecânicos e abrasivos. Tricotada em algodão, pigmentada com pontos em PVC, totalmente sem costuras, superconfortável, com uma boa destreza e sensibilidade para proteção da mão, tamanho G.	Par	20
025	979601466	Luva de segurança com alta resistência a corte - Luva de segurança com alta resistência a corte, abrasão, rasgamento e perfuração - desenvolvida em algodão e poliéster de alta qualidade com revestimento corrugado, a luva de proteção que oferece excelente aderência. A luva de proteção deve ser desenvolvida em algodão e	Par	100

		poliéster com revestimento total (palma e dorso) de borracha natural e parcial (palma e ponta dos dedos) de borracha natural corrugado. Punho elástico. Tamanho G		
026	979601465	Luva Ranhurada - Luva de segurança, confeccionada em borracha natural, ou seja látex, super-reforçada, clorinada internamente, superfície externa antiderrapante na face palmar, nos dedos e na ponta dos dedos, Certificações ISSO 374 Tipo A, EN 388, EN 407, tamanho G.	Par	150
027	979601469	Luva Segurança de vaqueta - luva de proteção feita de couro de vaqueta, utilizadas em trabalhos que envolvem manuseio de materiais ásperos, uso de ferramentas manuais, trabalhos em construção, indústria pesada, agricultura e outras atividades que apresentam riscos para as mãos, tamanho G.	Par	50
028	2257679	Oculos RJ Incolor - Óculos de segurança constituído de um arco de material plástico preto, com um pino central e uma fenda em cada extremidade, utilizadas para o encaixe de um visor de policarbonato incolor, com apoio nasal e proteção lateral injetada do mesmo material, com um orifício na parte frontal superior e uma fenda em cada extremidade para o encaixe no arco. O arco possui borda superior com meia-proteção na parte frontal e nas bordas. As hastes são confeccionadas do mesmo material do arco e são compostas de duas peças: uma semi-haste vazada com umas das	Unidade	50

		extremidades fixadas ao arco por meio de parafuso metálico e outra semi-haste com um pino plástico em uma das extremidades da semi-haste anterior e que permite o ajuste do tamanho.		
029	979601493	Placa sinalizadora Piso Molhado - Placa feita em PEAD - Placa sinalizadora Piso Molhado - Placa feita em PEAD - Polietileno de Alta Densidade, maior durabilidade, resistência e leveza. Medida Aberta: 65 cm (altura) x 27 cm (largura) x 31 cm (profundidade) Medida Fechada: 67 cm (altura) x 27 cm (largura) x 25 cm (profundidade).	Unidade	4
030	2258297	Protetor Auricular de Silicone Tipo Plug - Protetor Auricular de Silicone Tipo Plug com atenuação de até 15 Decibéis ,têm um design com 3 flanges único que ajuda a fornecer um ajuste seguro e confortável. Ajuda também a criar um selo de bloqueio de ruído suave no canal auditivo para a efetiva proteção auditiva, fácil remoção e ajuda a manter as pontas limpas quando as mãos do trabalhador estão sujas.	Unidade	25
031	979601471	Protetor Solar FPS 60 - Proteção à pele contra os efeitos nocivos da radiação solar, prevenindo as queimaduras solares. Com toque seco e fácil espalhabilidade, não deixa a pele esbranquiçada e possui aplicação rápida e prática 120 ml.	Frasco	10

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções: (Art. 7º, inciso III da IN 40/2020)

- a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e
- b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

Em atendimento ao disposto no inciso V do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 9º, inciso III, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, foi realizado levantamento de mercado com a finalidade de identificar as soluções disponíveis para atendimento da necessidade administrativa, bem como avaliar alternativas capazes de proporcionar maior eficiência, economicidade e vantajosidade à Administração.

Para subsidiar essa análise, foi realizada pesquisa no Banco de Preços da AMM Licita, verificando-se que a solução adotada por diversos órgãos públicos para atender demandas semelhantes consiste na aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) e materiais correlatos destinados à segurança do trabalho, por meio de licitação, preferencialmente utilizando o Sistema de Registro de Preços, com fornecimento parcelado, conforme a necessidade da Administração.

Foram avaliadas alternativas, como a aquisição imediata da totalidade dos materiais, a realização de contratações por demanda e a celebração de contratos de fornecimento continuado. Contudo, considerando a natureza dos itens, a variação do consumo ao longo da vigência da contratação, a necessidade de reposição periódica dos equipamentos e materiais, bem como a otimização da gestão de estoques, verificou-se

que a realização de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, com fornecimento parcelado, apresenta-se como a solução mais adequada para atender ao interesse público.

A solução adotada proporciona maior flexibilidade na gestão dos quantitativos, evita aquisições em excesso, reduz o risco de perdas decorrentes de armazenamento prolongado, assegura o atendimento contínuo das necessidades da ACISPES durante toda a vigência da contratação e possibilita maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, conclui-se que a contratação por meio de Ata de Registro de Preços, com fornecimento parcelado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) e materiais correlatos destinados à segurança do trabalho, representa a alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, atendendo de forma satisfatória às necessidades da ACISPES e observando os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e da supremacia do interesse público, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VI da IN 40/2020).

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada em conformidade com a legislação vigente, utilizando parâmetros de mercado compatíveis com o objeto da contratação, de modo a assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Para a presente estimativa, foi utilizada a mesma pesquisa de preços constante do primeiro Estudo Técnico Preliminar (ETP), anexado ao Despacho nº 1-108/2026, tendo em vista que os preços unitários dos itens permaneceram inalterados. A única

alteração promovida refere-se aos quantitativos de determinados itens, em decorrência da atualização da demanda apresentada pelo setor requisitante.

Considerando os preços unitários apurados na pesquisa de mercado e os quantitativos atualizados, o valor estimado da contratação corresponde a R\$ 22.641,01 (vinte e dois mil seiscientos e quarenta e um reais e um centavo), contemplando a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) e materiais correlatos destinados à segurança do trabalho, para atendimento das necessidades da ACISPES durante a vigência da futura contratação.

Ressalta-se que o valor estimado possui caráter meramente referencial e destina-se a subsidiar o planejamento da contratação e a instrução do procedimento licitatório, podendo sofrer variações em razão das propostas apresentadas no certame, observados os princípios da economicidade, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

7 – DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

No momento devido, será informado pelo setor competente a dotação a ser disposta sobre o presente procedimento.

8 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020).

A solução consiste na aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) e materiais correlatos destinados à segurança do trabalho, para atender às necessidades dos colaboradores da Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra – ACISPES, garantindo a segurança, a saúde e a integridade física dos trabalhadores durante a execução de suas atividades. Serão adquiridos EPIs, EPCs e materiais correlatos, incluindo luvas de proteção, máscaras respiratórias PFF2/N95, óculos de segurança, protetores

auriculares, cremes de proteção, protetor solar, capas de chuva, calçados de segurança, fitas de sinalização, cones de sinalização, placas de sinalização de piso molhado e demais itens destinados à prevenção de acidentes e à promoção da segurança no ambiente de trabalho. Todos os produtos deverão atender às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e possuir Certificado de Aprovação (CA) válido, quando aplicável, em conformidade com a Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6) e demais normas técnicas e regulamentares vigentes. Os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) e demais materiais correlatos deverão observar os requisitos técnicos e de qualidade pertinentes à sua finalidade. A contratação tem como objetivo a reposição e a manutenção do estoque de EPIs, EPCs e materiais correlatos, assegurando o atendimento às exigências legais e regulamentares, a adoção de medidas de proteção individual e coletiva e a proteção dos colaboradores expostos aos riscos ocupacionais inerentes às atividades desenvolvidas pela ACISPES. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da ACISPES, mediante emissão de requisições durante a vigência da contratação, garantindo maior eficiência na gestão do estoque, evitando desperdícios e assegurando a disponibilidade contínua dos materiais de segurança. A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada nos termos da legislação vigente, mediante justificativa formal e comprovação da vantajosidade para a Administração. Na hipótese de prorrogação, o saldo dos quantitativos registrados na Ata será renovado integralmente, restabelecendo-se, para o novo período de vigência, os quantitativos originalmente registrados, permanecendo inalteradas as demais condições pactuadas.

9 – JUSTIFICATIVA DO CRITÉRIO DE FORNECIMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso XV a XVII do art. 6º da Lei 14.133/21).

A contratação será realizada por item, considerando que os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) e materiais correlatos destinados à segurança do trabalho possuem características, especificações técnicas, aplicações e finalidades distintas. Dessa forma, a aquisição

individualizada de cada item não compromete a funcionalidade do conjunto da contratação, sendo plenamente viável sob os aspectos técnico e operacional.

O parcelamento do objeto mostra-se técnica e economicamente adequado, pois amplia a competitividade do certame, possibilita a participação de um maior número de fornecedores, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte, e favorece a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em observância aos princípios da isonomia, da competitividade, da economicidade e da eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

Além disso, a adjudicação por item evita restrições indevidas à competitividade, uma vez que nem todos os fornecedores comercializam a totalidade dos equipamentos e materiais que compõem o objeto da contratação. Assim, o parcelamento amplia a participação de licitantes, estimula a concorrência e contribui para a obtenção de preços mais vantajosos, sem comprometer a execução contratual.

O fornecimento será realizado de forma parcelada, mediante emissão de requisições pela ACISPES, conforme a necessidade durante a vigência da Ata de Registro de Preços. Essa sistemática proporciona maior eficiência na gestão dos estoques, evita aquisições em quantidades superiores à demanda, reduz o risco de perdas decorrentes de armazenamento prolongado e assegura a disponibilidade contínua dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) e materiais correlatos destinados à segurança do trabalho, garantindo o atendimento das necessidades institucionais.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento do objeto, tanto em relação à adjudicação por item quanto ao fornecimento parcelado, constitui a solução mais adequada para atender ao interesse público, proporcionando maior eficiência administrativa, competitividade, economicidade e ampla participação de fornecedores, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021

10 – JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO DOS ITENS DA LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020).

Considerando a natureza do objeto, conclui-se que o parcelamento da licitação por item constitui a alternativa mais adequada para a presente contratação. Os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) e materiais correlatos destinados à segurança do trabalho possuem características, especificações técnicas, aplicações e finalidades distintas, inexistindo dependência técnica ou funcional entre eles que justifique sua contratação em lote.

A adoção do parcelamento por item amplia a competitividade do certame, possibilitando a participação de um maior número de fornecedores, inclusive daqueles que comercializam apenas parte dos equipamentos e materiais que compõem o objeto da contratação, promovendo a isonomia entre os licitantes e favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em observância aos princípios da competitividade, da economicidade, da eficiência e do planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

Além disso, o parcelamento não compromete a execução contratual, uma vez que os itens são independentes entre si e podem ser fornecidos por empresas distintas, sem prejuízo ao atendimento das necessidades da ACISPES, preservando a qualidade, a continuidade do fornecimento e a efetividade da contratação.

Dessa forma, o critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço por item, por ser o mais compatível com as características do objeto e com o interesse público, permitindo a seleção da proposta mais vantajosa para cada item licitado, ampliando a concorrência, estimulando a participação de fornecedores especializados e promovendo a otimização da aplicação dos recursos públicos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

11 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável; (Art. 7º, inciso X da IN 40/2020)

Com a presente contratação, pretende-se garantir o fornecimento contínuo de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) e materiais correlatos destinados à segurança do trabalho, assegurando a proteção, a saúde e a integridade física dos colaboradores da ACISPES durante o desempenho de suas atividades, em conformidade com a legislação trabalhista, as Normas Regulamentadoras aplicáveis e as demais normas de segurança e saúde no trabalho.

Sob o aspecto da economicidade, busca-se obter a proposta mais vantajosa por meio de procedimento licitatório competitivo, possibilitando a aquisição dos materiais de forma parcelada, conforme a demanda da Administração, evitando desperdícios, reduzindo custos de armazenamento e promovendo o uso racional dos recursos públicos. A contratação contribuirá, ainda, para a continuidade das atividades institucionais, a mitigação dos riscos de acidentes e doenças ocupacionais, a manutenção de condições adequadas de segurança no ambiente de trabalho, o melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis e o cumprimento das obrigações legais aplicáveis, fortalecendo a eficiência administrativa, a sustentabilidade das operações e o compromisso da ACISPES com a proteção da saúde e da segurança de seus colaboradores.

12 – DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO, DA GARANTIA E DOS MEIOS DE MITIGAÇÃO DE IMPACTOS NEGATIVOS

A presente contratação foi submetida à análise de riscos, com a identificação dos eventos que poderão comprometer o atendimento da necessidade administrativa, bem como das medidas preventivas e mitigadoras destinadas a reduzir a probabilidade de sua ocorrência e minimizar seus impactos durante a execução contratual.

Os principais riscos identificados estão relacionados à definição inadequada das especificações técnicas e dos quantitativos, à possibilidade de licitação deserta ou fracassada, ao atraso na entrega dos materiais, ao fornecimento de produtos em desacordo com as especificações do Termo de Referência ou sem as certificações

exigidas, bem como ao eventual descumprimento das obrigações contratuais pela contratada.

Como medidas de mitigação, a Administração adotará planejamento prévio da contratação, elaboração de especificações técnicas compatíveis com as necessidades do setor demandante, realização de pesquisa de mercado, fiscalização permanente da execução contratual, conferência dos materiais no ato do recebimento, exigência de Certificado de Aprovação (CA), quando aplicável, e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento contratual em caso de inadimplemento.

Quanto à garantia da contratação, considerando a natureza, o valor e a complexidade do objeto, não se vislumbra, neste momento, a necessidade de exigência de garantia contratual prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que os riscos inerentes à execução podem ser adequadamente gerenciados mediante fiscalização da execução, recebimento criterioso dos materiais, exigência de cumprimento das especificações técnicas e aplicação das penalidades cabíveis, caso necessário.

Dessa forma, conclui-se que os riscos identificados são compatíveis com a natureza da contratação e encontram-se adequadamente tratados pelas medidas de prevenção, acompanhamento e mitigação previstas no Mapa de Gerenciamento de Riscos, assegurando condições para a execução do objeto com observância aos princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público.

13 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso XI da IN 40/2020).

Não são necessárias providências prévias ao contrato.

14 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020).

Não são necessárias contratações correlatas/interdependentes prévias ao contrato.

15 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento. (Art. 7º, inciso XII da IN 40/2020)

A contratação poderá gerar impactos ambientais decorrentes da fabricação, transporte, armazenamento, utilização e descarte dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) e materiais correlatos destinados à segurança do trabalho, bem como de suas embalagens. Entretanto, tais impactos são inerentes à natureza do objeto e podem ser mitigados mediante a adoção de práticas sustentáveis durante a execução contratual e a observância da legislação ambiental vigente.

Como medidas mitigadoras, a contratada deverá fornecer produtos que atendam às especificações técnicas e às normas ambientais aplicáveis, priorizando, sempre que possível, materiais de elevada durabilidade, qualidade, resistência e menor impacto ambiental, sem prejuízo da segurança e da eficiência dos equipamentos. As embalagens deverão ser compatíveis com o transporte e o acondicionamento dos materiais, de forma a evitar desperdícios, avarias e geração desnecessária de resíduos.

Após o término da vida útil dos materiais, a ACISPES promoverá a destinação ambientalmente adequada dos EPIs, EPCs e demais materiais inservíveis, bem como

de suas embalagens, observando as disposições da legislação ambiental vigente e as orientações dos órgãos competentes. Quando aplicável, deverá ser observada a logística reversa prevista na Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como outras normas correlatas.

Considerando as características da contratação, não há exigência específica relacionada à eficiência energética ou ao consumo de energia elétrica durante a utilização dos itens, uma vez que o objeto é composto predominantemente por equipamentos e materiais de proteção e sinalização, que não dependem de energia para seu funcionamento, ressalvados eventuais produtos que possuam componentes eletrônicos, os quais deverão atender às normas técnicas pertinentes.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são de baixa relevância e passíveis de mitigação mediante o cumprimento da legislação ambiental aplicável, a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, a adoção de boas práticas de sustentabilidade e a utilização de produtos que atendam aos requisitos de qualidade, segurança e responsabilidade ambiental durante toda a execução contratual.

16 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Por conseguinte, a equipe de planejamento considera viável a contratação do objeto aqui estudado, de acordo com os termos estabelecidos. E declara que a licitação seja regida pela modalidade Pregão, de forma Eletrônica, baseado no critério de julgamento “menor preço por item”, visto que é a modalidade que resultará em propostas mais vantajosas para a administração pública, maximizando a economia de recursos públicos.



Wagner Guardiano Abreu

Agente de Contratação
Fase interna de licitação

Mirelle Monteiro da Costa

Equipe de Apoio
Fase interna de licitação

Nathanael Selis de Assis Silva
Tecnico de Segurança do Trabalho





Menor Preço



Não Cotado

Mapa de Cotação de Preço Unificado

Informações Gerais da Cotação

Cotação: 0112/2026

Data: 20/07/2026 Validade: 20/09/2026

Tipo Processo: RP - Registro de Preço

Responsável pela Pesquisa: MIRELLE MONTEIRO DA COSTA

Justificativa: Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) e materiais correlatos destinados à segurança do trabalho, visando atender às necessidades da ACISPES.

Justificativa menos de três cotações: cotação efetuada pelo banco de preços da amm licita

Valor de Referência: Preço médio e Val. Unitário em: 4 casas decimais

					Valor Ref.: Preço médio	
Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	979601483	Bota de borracha TAM. 35 Cor PRETA - Bota de borracha TAM. 35 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10	52,2000	522,0000
002	979601484	Bota de borracha TAM. 36 Cor PRETA - Bota de borracha TAM. 36 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10	52,2700	522,7000
003	979601485	Bota de borracha TAM.37 Cor PRETA - - Bota de borracha TAM.37 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10	47,1400	471,4000
004	979601486	Bota de borracha TAM.38 Cor PRETA - - Bota de borracha TAM.38 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10	47,1200	471,2000
005	979602671	Bota de borracha TAM. 39 Cor PRETA - Bota de borracha TAM. 39 Cor PRETA- Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10	50,7200	507,2000
006	979601488	Bota de borracha TAM.40 Cor PRETA - Bota de borracha TAM.40 Cor PRETA -Calçado ocupacionatipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10	50,5500	505,5000
007	979601489	Bota de borracha TAM.41 Cor PRETA - Bota de borracha TAM.41 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10	50,5500	505,5000
008	979601490	Bota de borracha TAM.42 Cor PRETA - Bota de borracha TAM.42 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10	50,5700	505,7000
009	979601491	Bota de borracha TAM. 43 Cor PRETA - - Bota de borracha TAM. 43 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	2	50,5500	101,1000
010	979602662	Botina de segurança sem biqueira nº 36 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 36 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25	56,3700	1.409,2500
011	979602663	Botina de segurança sem biqueira nº 37 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 37 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25	56,3700	1.409,2500
012	979602664	Botina de segurança sem biqueira nº 38 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 38 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25	56,3700	1.409,2500
013	979602665	Botina de segurança sem biqueira nº 39 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 39 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25	56,3700	1.409,2500
014	979602666	Botina de segurança sem biqueira nº 40 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 40 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25	56,3700	1.409,2500
015	979602667	Botina de segurança sem biqueira nº 41 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 41 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25	56,3700	1.409,2500
016	979602668	Botina de segurança sem biqueira nº 42 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 42 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25	56,3700	1.409,2500

Valor de Referência: Preço médio e Val. Unitário em: 4 casas decimais

					Valor Ref.: Preço médio	
Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
017	979602669	Botina de segurança sem biqueira nº 43 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 43 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	10	56,3700	563,7000
018	979602670	Botina de segurança sem biqueira nº 44 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 44 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	10	56,3700	563,7000
019	2258207	Capa de Chuva Amarela Impermeável - O material PVC é leve, atóxico e fácil de higienizar, o material veta totalmente a passagem de água. Para que serve: A capa de chuva é ideal para quem precisa se sair na chuva. Características: Material PVC flexível e impermeável Costuras seladas eletronicamente. Fechamento frontal com quatro botões de pressão. Touca Fixa Manga Longa Cor amarela Tamanho G Altura: 1,20mt Largura: 60cm	Unidade	10	30,2300	302,3000
020	979601492	Cone de Sinalização, altura 75cm Laranja e Branco - Cone de Sinalização, altura 75cm Laranja e Branco-Cone de sinalização utilizado em vias públicas e em rodovias de todo território nacional. Sua função é controlar e auxiliar a sinalização, utilizado para canalizar, direcionar o tráfego e delimitar áreas. Sinalização das ruas, rodovias, veículos e para a delimitação de determinadas áreas, sempre visando à segurança e a tranquilidade das pessoas, Medidas da Base: 360 x 360 mm. Peso do Cone: 1 Kg.	Unidade	4	62,4100	249,6400
021	2258954	Creme de Proteção para as Mãos 200g - O creme de proteção para as mãos PM 1000 é um creme grupo 3 – água e óleo-resistente – pintura. Não contém silicone. É testado dermatologicamente. É removido com água e sabonete. Pode ser aplicado em qualquer parte do corpo, inclusive sob luvas. Indicação: Indicado para proteção da pele do usuário contra água, vernizes, tintas, óleos, solventes, graxas, cimento, cal, argamassa, lã de vidro, colas instantâneas, resinas, ácidos e bases em diluição até 15%.	Unidade	5	14,0500	70,2500
022	979601473	Fita antiderrapante largura 48mm x 30m - Fita antiderrapante largura 48mm x 30m - Fita a base de sílica, filme de poliéster, polímero e copolímero adesivo.	Rolo	2	177,8000	355,6000
023	979601472	Fita de Segurança para isolamento de área zebraada - Fita Zebraada de sinalização e segurança produzida em filme de polietileno de baixa densidade sem adesivo, impresso em duas cores preto e amarelo, com espessura de 3 micras e colocada num tubete de papelão com largura de 70 mmx 200 metros.	Rolo	5	29,0000	145,0000
024	2258294	Luva de Algodão Com Pigmentos Palma e Dorso - tamanho G. - Luva de Algodão Com Pigmentos Palma e Dorso - proteção contra agentes mecânicos e abrasivos. Tricotada em algodão, pigmentada com pontos em PVC, totalmente sem costuras, superconfortável, com uma boa destreza e sensibilidade para proteção da mão, tamanho G.	Par	20	4,8600	97,2000
025	979601466	Luva de segurança com alta resistência a corte - Luva de segurança com alta resistência a corte, abrasão, rasgamento e perfuração- desenvolvida em algodão e poliéster de alta qualidade com revestimento corrugado, a luva de proteção que oferece excelente aderência. A luva de proteção deve ser desenvolvida em algodão e poliéster com revestimento total (palma e dorso) de borracha natural e parcial (palma e ponta dos dedos) de borracha natural corrugado. Punho elástico. Tamanho G	Par	100	22,9400	2.294,0000
026	979601465	Luva Ranhurada - Luva de segurança, confeccionada em borracha natural, ou seja látex, super-reforçada, clorinada internamente, superfície externa antiderrapante na face palmar, nos dedos e na ponta dos dedos, Certificações ISSO 374 Tipo A, EN 388, EN 407, tamanho G.	Par	150	11,7200	1.758,0000
027	979601469	Luva Segurança de vaqueta - luva de proteção feita de couro de vaqueta, utilizadas em trabalhos que envolvem manuseio de materiais ásperos, uso de ferramentas manuais, trabalhos em construção, indústria pesada, agricultura e outras atividades que apresentam riscos para as mãos, tamanho G.	Par	50	22,4700	1.123,5000
028	2257679	Oculos RJ Incolor - Óculos de segurança constituído de um arco de material plástico preto, com um pino central e uma fenda em cada extremidade, utilizadas para o encaixe de um visor de policarbonato incolor, com apoio nasal e proteção lateral injetada do mesmo material, com um orifício na parte frontal superior e uma fenda em cada extremidade para o encaixe no arco. O arco possui borda superior com meia-proteção na parte frontal e nas bordas. As hastes são confeccionadas do mesmo material do arco e são compostas de duas peças: uma semi-haste vazada com umas das extremidades fixadas ao arco por meio de parafuso metálico e outra semi-haste com um pino plástico em uma das extremidades da semi-haste anterior e que permite o ajuste do tamanho.	Unidade	50	6,4200	321,0000
029	979601493	Placa sinalizadora Piso Molhado - Placa feita em PEAD - Placa sinalizadora Piso Molhado - Placa feita em PEAD - Polietileno de Alta Densidade, maior durabilidade, resistência e leveza. Medida Aberta: 65 cm (altura) x 27 cm (largura) x 31 cm (profundidade) Medida Fechada: 67 cm (altura) x 27 cm (largura) x 25 cm (profundidade).	Unidade	4	68,6800	274,7200
030	2258297	Protetor Auricular de Silicone Tipo Plug - Protetor Auricular de Silicone Tipo Plug com atenuação de até 15 Decibéis ,têm um design com 3 flanges único que ajuda a fornecer um ajuste seguro e confortável. Ajuda também a criar um selo de bloqueio de ruído suave no canal auditivo para a efetiva proteção auditiva, fácil remoção e ajuda a manter as pontas limpas quando as mãos do trabalhador estão sujas.	Unidade	25	5,8500	146,2500



AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL EM SAÚDE PÉ DA SERRA - ACISPES

CNPJ: 01.203.485/0001-83

Endereço: RUA ATALIBA DE BARROS, 5, SÃO MATEUS, JUIZ DE FORA - MG

Telefone: (32) 3313-4001 E-mail: acispes@acispes.com.br

Exercício: 2026

Página(s): 3/4



Menor Preço



Não Cotado

Valor de Referência: Preço médio e Val. Unitário em: 4 casas decimais

					Valor Ref.: Preço médio	
Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
031	979601471	Protetor Solar FPS 60 - Proteção à pele contra os efeitos nocivos da radiação solar, prevenindo as queimaduras solares. Com toque seco e fácil espalhabilidade, não deixa a pele esbranquiçada e possui aplicação rápida e prática 120 ml.	Frasco	10	39,9100	399,1000
					Total ==>	22.641,0100

Fornecedores

ASSOCIACAO MINEIRA DE MUNICIPIOS - AMM - CNPJ: 20.513.859/0001-01

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	979601483	Bota de borracha TAM. 35 Cor PRETA - Bota de borracha TAM. 35 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10	52,2000	522,0000
002	979601484	Bota de borracha TAM. 36 Cor PRETA - Bota de borracha TAM. 36 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10	52,2700	522,7000
003	979601485	Bota de borracha TAM.37 Cor PRETA - - Bota de borracha TAM.37 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10	47,1400	471,4000
004	979601486	Bota de borracha TAM.38 Cor PRETA - - Bota de borracha TAM.38 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10	47,1200	471,2000
005	979602671	Bota de borracha TAM. 39 Cor PRETA - Bota de borracha TAM. 39 Cor PRETA- Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10	50,7200	507,2000
006	979601488	Bota de borracha TAM.40 Cor PRETA - Bota de borracha TAM.40 Cor PRETA -Calçado ocupacionatipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10	50,5500	505,5000
007	979601489	Bota de borracha TAM.41 Cor PRETA - Bota de borracha TAM.41 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10	50,5500	505,5000
008	979601490	Bota de borracha TAM.42 Cor PRETA - Bota de borracha TAM.42 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10	50,5700	505,7000
009	979601491	Bota de borracha TAM. 43 Cor PRETA - - Bota de borracha TAM. 43 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	2	50,5500	101,1000
010	979602662	Botina de segurança sem biqueira nº 36 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 36 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25	56,3700	1.409,2500
011	979602663	Botina de segurança sem biqueira nº 37 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 37 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25	56,3700	1.409,2500
012	979602664	Botina de segurança sem biqueira nº 38 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 38 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25	56,3700	1.409,2500
013	979602665	Botina de segurança sem biqueira nº 39 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 39 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25	56,3700	1.409,2500
014	979602666	Botina de segurança sem biqueira nº 40 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 40 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25	56,3700	1.409,2500
015	979602667	Botina de segurança sem biqueira nº 41 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 41 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25	56,3700	1.409,2500
016	979602668	Botina de segurança sem biqueira nº 42 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 42 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25	56,3700	1.409,2500
017	979602669	Botina de segurança sem biqueira nº 43 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 43 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	10	56,3700	563,7000

[illegible]

Relatório de Pesquisa de Preços

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
4	150	Média	R\$ 11,72	R\$ 1.757,25
Luva Ranhurada - tamanho G.				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	100	Média	R\$ 22,94	R\$ 2.294,00
Luva de segurança com alta resistência a corte - Tamanho G				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	50	Média	R\$ 22,47	R\$ 1.123,50
Luva Segurança de vaqueta - tamanho G.				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	20	Média	R\$ 4,86	R\$ 97,20
Luva de Algodão Com Pigmentos Palma e Dorso - tamanho G.				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	50	Média	R\$ 6,42	R\$ 321,17
Oculos RJ Incolor - Óculos de segurança				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
4	10	Média	R\$ 39,91	R\$ 399,10
Protetor Solar FPS 60				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	5	Média	R\$ 14,05	R\$ 70,23
Creme de Proteção para as Mãos 200g				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	25	Média	R\$ 5,85	R\$ 146,25
Protetor Auricular de Silicone Tipo Plug				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	10	Média	R\$ 30,23	R\$ 302,33
Capa de Chuva Amarela Impermeável				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	5	Média	R\$ 29,00	R\$ 145,00
Fita de Segurança para isolamento de área zebra				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	1	Média	R\$ 177,80	R\$ 177,80
Fita antiderrapante largura 48mm x 30m - Fita a base de sílica, filme de poliéster, polímero e copolímero adesivo.				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	10	Média	R\$ 56,37	R\$ 563,70
Botina de segurança sem biqueira nº 36 Cor Preta				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
4	10	Média	R\$ 56,37	R\$ 563,70
Botina de segurança sem biqueira nº 37 Cor Preta				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
4	10	Média	R\$ 56,37	R\$ 563,70
Botina de segurança sem biqueira nº 38 Cor Preta				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
4	10	Média	R\$ 56,37	R\$ 563,70
Botina de segurança sem biqueira nº 39 Cor Preta				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
4	10	Média	R\$ 56,37	R\$ 563,70
Botina de segurança sem biqueira nº 40 Cor Preta				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
4	10	Média	R\$ 56,37	R\$ 563,70
Botina de segurança sem biqueira nº 41 Cor Preta				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
4	10	Média	R\$ 56,37	R\$ 563,70
Botina de segurança sem biqueira nº 42 Cor Preta				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
4	10	Média	R\$ 56,37	R\$ 563,70
Botina de segurança sem biqueira nº 43 Cor Preta				

Assinado por 3 pessoas: NATHANIEL SELIS DE ASSIS SILVA, WAGNER GUARDIANO ABREU e MIRELLE MONTEIRO DA COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://acisps.1doc.com.br/verificacao/3EA8-CF24-6047-7C58> e informe o código 3EA8-CF24-6047-7C58

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
4	10	Média	R\$ 56,37	R\$ 563,70
Botina de segurança sem biqueira nº 44 Cor Preta				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
4	10	Média	R\$ 52,20	R\$ 522,00
Bota de borracha TAM. 35 Cor PRETA				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	10	Média	R\$ 52,27	R\$ 522,67
Bota de borracha TAM. 36 Cor PRETA				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
4	10	Média	R\$ 47,14	R\$ 471,38
Bota de borracha TAM.37 Cor PRETA				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	10	Média	R\$ 47,12	R\$ 471,17
Bota de borracha TAM.38 Cor PRETA				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	10	Média	R\$ 50,72	R\$ 507,20
Bota de borracha TAM. 39 Cor PRETA				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
4	10	Média	R\$ 50,55	R\$ 505,50
Bota de borracha TAM.40 Cor PRETA				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
4	10	Média	R\$ 50,55	R\$ 505,53
Bota de borracha TAM.41 Cor PRETA				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	10	Média	R\$ 50,57	R\$ 505,70
Bota de borracha TAM.42 Cor PRETA				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	10	Média	R\$ 50,57	R\$ 505,70
Bota de borracha TAM. 43 Cor PRETA				

Assinado por 3 pessoas: NATHANIEL SELIS DE ASSIS SILVA, WAGNER GUARDIANO ABREU e MIRELLE MONTEIRO DA COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://acispes.1doc.com.br/verificacao/3EA8-CF24-6047-7C58>

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	4	Média	R\$ 62,41	R\$ 249,64
Cone de Sinalização, altura 75cm Laranja e Branco				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	4	Média	R\$ 68,68	R\$ 274,72
Placa sinalizadora Piso Molhado - Placa feita em PEAD				

Relatório de Pesquisa de Preços

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
4	150	Média	R\$ 11,72	R\$ 1.757,25
Luva Ranhurada - tamanho G.				

Referências:

Fonte	Medida	Ente Público	Editais	Data Licitação
licitardigital	PAR	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAEPENDI	60/2025	02/02/2026

Preços

CNPJ:	55.997.343/0001-64	Valor:
Fornecedor:	3 IRMAOS DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 11,72
Marca:	DANI	
CNPJ:	13.751.798/0001-55	Valor:
Fornecedor:	DIMIPEL LIMITADA	R\$ 11,77
Marca:	VOLK	
CNPJ:	54.968.738/0001-76	Valor:
Fornecedor:	DINAMAXX BRAZ COMERCIO VAREJISTA & ATACADISTA LTDA	R\$ 11,77
Marca:	VABENE	
CNPJ:	21.856.981/0001-43	Valor:
Fornecedor:	WTRADE INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA	R\$ 11,60
Marca:	HAND	

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	100	Média	R\$ 22,94	R\$ 2.294,00
Luva de segurança com alta resistência a corte - Tamanho G				

Referências:

Fonte	Medida	Ente Público	Editais	Data Licitação
	par	Prefeitura Municipal de Várzea da Palma	0016/2026	18/06/2026

Preços

CNPJ:	61.193.714/0001-58	Valor:
Fornecedor:	DINAMICA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA	R\$ 21,00
Marca:	Volk	
CNPJ:	13.851.726/0001-80	Valor:
Fornecedor:	TOTAL SEGURANCA EQUIPAMENTOS DE PROTECAO E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	R\$ 25,82
Marca:	VOLK	

Assinado por 3 pessoas: NATHANIEL SELIS DE ASSIS SILVA, WAGNER GUARDIANO ABREU e MIRELLE MONTEIRO DA COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://acispes.1doc.com.br/verificacao/3EA8-CF24-6047-7C58> e informe o código 3EA8-CF24-6047-7C58

CNPJ:	08.568.311/0001-63	Valor:
Fornecedor:	TREEBUUCHET O COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAIS LTDA	R\$ 22,00
Marca:	SUPER SAFETY	

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	50	Média	R\$ 22,47	R\$ 1.123,50
Luva Segurança de vaqueta - tamanho G.				

Referências:

Fonte	Medida	Ente Público	Edital	Data Licitação
licitardigital	par	PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIAS CARDOSO MG	0001/2025	19/08/2025

Preços

CNPJ:	54.059.350/0001-52	Valor:
Fornecedor:	FAGA SEGURANCA DO TRABALHO LTDA	R\$ 22,46
Marca:	Marfe	

Fonte	Medida	Ente Público	Edital	Data Licitação
licitardigital	UNIDADE	Prefeitura Municipal de Ibiaí	20/2025	30/09/2025

Preços

CNPJ:	33.363.779/0001-69	Valor:
Fornecedor:	GUSTAVO LUCAS DE JESUS DUARTE LTDA	R\$ 22,00
Marca:	LUVER	

Fonte	Medida	Ente Público	Edital	Data Licitação
	PR	DMAE Poços de Caldas/MG - Departamento Municipal de Água e Esgoto	78/2025	12/12/2025

Preços

CNPJ:	10.650.156/0001-71	Valor:
Fornecedor:	RENATO ISIDORO	R\$ 22,95
Marca:	Luvek	

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	20	Média	R\$ 4,86	R\$ 97,20
Luva de Algodão Com Pigmentos Palma e Dorso - tamanho G.				

Referências:

Fonte	Medida	Ente Público	Edital	Data Licitação
licitardigital	par	PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIAS CARDOSO MG	0001/2025	19/08/2025

Assinado por 3 pessoas: NATHANIEL SELIS DE ASSIS SILVA, WAGNER GUARDIANO ABREU e MIRELLE MONTEIRO DA COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://acispes.1doc.com.br/verificacao/3EA8-CF24-6047-7C58> e informe o código 3EA8-CF24-6047-7C58

Preços

CNPJ:	46.687.136/0001-12	Valor:
Fornecedor:	COMERCIAL J & C COMEX LTDA	R\$ 4,86
Marca:	handex ca 43388	

CNPJ:	97.530.228/0001-25	Valor:
Fornecedor:	R. DE O. SANTIL EPI	R\$ 4,86
Marca:	Imbat	

CNPJ:	47.860.599/0001-05	Valor:
Fornecedor:	Distribuidora Francino Ltda	R\$ 4,86
Marca:	plastcor	

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	50	Média	R\$ 6,42	R\$ 321,17

Oculos RJ Incolor - Óculos de segurança

Referências:

Fonte	Medida	Ente Público	Edital	Data Licitação
	UN	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCEBURGO	000052/2025	18/08/2025

Preços

CNPJ:	04.063.331/0001-21	Valor:
Fornecedor:	CIRURGICA UNIAO LTDA	R\$ 6,63
Marca:	MEDIX	

CNPJ:	71.336.101/0001-86	Valor:
Fornecedor:	VALE COMERCIAL EIRELI	R\$ 6,19
Marca:	VALEPLAST	

Fonte	Medida	Ente Público	Edital	Data Licitação
	UN	Prefeitura Municipal de Alpinópolis	000022/2026	12/06/2026

Preços

CNPJ:	10.478.755/0001-50	Valor:
Fornecedor:	BEAGA HOSPITALAR EIRELI	R\$ 6,45
Marca:	POLIFERR	

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
4	10	Média	R\$ 39,91	R\$ 399,10

Protetor Solar FPS 60

Referências:

Fonte	Medida	Ente Público	Edital	Data Licitação
	UND	PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUI	23/2026	01/07/2026

Preços

CNPJ:	51.565.187/0001-01	Valor:
Fornecedor:	NDL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS LTDA	R\$ 39,91
Marca:	NUTRIEX	

CNPJ:	18.362.195/0001-85	Valor:
Fornecedor:	ARLIMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	R\$ 39,91
Marca:	SUNSET - 4.3559.0004.001-5	

CNPJ:	52.023.056/0001-65	Valor:
Fornecedor:	52.023.056 MARCOS ALEXANDRE HIROSHI KUSSUMATO	R\$ 39,91
Marca:	ALGSUN	

CNPJ:	29.126.669/0001-06	Valor:
Fornecedor:	TREZE LICITAÇÕES E COMÉRCIO LTDA	R\$ 39,91
Marca:	SUNLAU	

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	5	Média	R\$ 14,05	R\$ 70,23

Creme de Proteção para as Mãos 200g

Referências:

Fonte	Medida	Ente Público	Edital	Data Licitação
	Unidade	Agência de Cooperação em Saúde Pé da Serra - ACISPES	56/2025	18/08/2025

Preços

CNPJ:	55.176.303/0001-51	Valor:
Fornecedor:	-	R\$ 14,07
Marca:	herlau	

CNPJ:	21.151.275/0001-04	Valor:
Fornecedor:	BH Soldas Equipamentos de Proteção Individual EIRELI	R\$ 14,00
Marca:	HELP HAND CA9611	

CNPJ:	46.687.136/0001-12	Valor:
Fornecedor:	COMERCIAL J & C COMEX LTDA	R\$ 14,07
Marca:	henlau ca 9611	

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	25	Média	R\$ 5,85	R\$ 146,25

Protetor Auricular de Silicone Tipo Plug

Referências:

Fonte	Medida	Ente Público	Edital	Data Licitação
licitardigital	UN	Prefeitura Municipal de Peçanha	6/2026	14/04/2026

Preços

CNPJ:	10.896.566/0001-05	Valor:
Fornecedor:	W A RIBEIRO	R\$ 5,85
Marca:	POLYMER	

CNPJ:	21.151.275/0001-04	Valor:
Fornecedor:	BH Soldas Equipamentos de Proteção Individual EIRELI	R\$ 5,85
Marca:	PREVENT CA36817	

CNPJ:	08.017.101/0001-87	Valor:
Fornecedor:	GERALDO GEAN FREIRE DE ALMEIDA E CIA LTDA	R\$ 5,85
Marca:	VONDER	

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	10	Média	R\$ 30,23	R\$ 302,33

Capa de Chuva Amarela Impermeável

Referências:

Fonte	Medida	Ente Público	Editais	Data Licitação
	UN	Prefeitura Municipal de Luisburgo	004/2026	22/01/2026

Preços

CNPJ:	00.592.198/0001-40	Valor:
Fornecedor:	CELINA MOREIRA MOREIRA FREITAS ME	R\$ 29,95
Marca:	eq	

CNPJ:	57.131.692/0001-24	Valor:
Fornecedor:	PRIME COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA LTDA	R\$ 30,00
Marca:	PLASTCOR	

CNPJ:	27.104.873/0001-09	Valor:
Fornecedor:	PIERRE ALEXANDRE TORRES DA SILVA EIRELI	R\$ 30,75
Marca:	BRASCAMP	

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	5	Média	R\$ 29,00	R\$ 145,00

Fita de Segurança para isolamento de área zebra

Referências:

Fonte	Medida	Ente Público	Editais	Data Licitação
licitardigital	RL	Prefeitura Municipal de Ibertioga	15/2025	18/09/2025

Preços

CNPJ:	40.941.147/0001-09	Valor:
Fornecedor:	MATEUS CALSAVARA ZANITH 09223360676	R\$ 29,00
Marca:	DELTA PLUS	

CNPJ:	58.468.801/0001-66	Valor:
Fornecedor:	-	R\$ 29,00
Marca:	plastcor	

CNPJ:	39.452.748/0001-60	Valor:
Fornecedor:	MARCELO GORETTI DE CARVALHO 77305418668	R\$ 29,00
Marca:	Plastcor	

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	1	Média	R\$ 177,80	R\$ 177,80

Fita antiderrapante largura 48mm x 30m - Fita a base de sílica, filme de poliéster, polímero e copolímero adesivo.

Referências:

Fonte	Medida	Ente Público	Editais	Data Licitação
licitardigital	UN	CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ	000005/2025	22/12/2025

Preços

CNPJ:	08.017.101/0001-87	Valor:
Fornecedor:	GERALDO GEAN FREIRE DE ALMEIDA E CIA LTDA	R\$ 177,81
Marca:	MOR	

CNPJ:	57.163.393/0001-71	Valor:
Fornecedor:	BARFER LTDA	R\$ 177,80
Marca:	Vonder	

CNPJ:	17.479.609/0001-98	Valor:
Fornecedor:	MARCOS PEREIRA JARDIM - EPP	R\$ 177,80
Marca:	VONDER	

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	10	Média	R\$ 56,37	R\$ 563,70

Botina de segurança sem biqueira nº 36 Cor Preta

Referências:

Fonte	Medida	Ente Público	Editais	Data Licitação
licitardigital	PAR	Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Alegria	00077/2025	10/11/2025

Preços

CNPJ:	43.517.462/0001-93	Valor:
Fornecedor:	AMPLA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 56,37
Marca:	CARTON CA 17137	

CNPJ:	18.966.588/0001-06	Valor:
Fornecedor:	DENISE MOREIRA DA SILVA 03588964606	R\$ 56,37
Marca:	CARTOM	

Assinado por 3 pessoas: NATHANIEL SELIS DE ASSIS SILVA, WAGNER GUARDIANO ABREU e MIRELLE MONTEIRO DA COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://acispes.1doc.com.br/verificacao/3EA8-CF24-6047-7C58>

CNPJ:	47.332.604/0001-07	Valor:
Fornecedor:	PORTALSEG LICITACOES COM REP LTDA	R\$ 56,37
Marca:	MARLUVAS	
CNPJ:	43.517.462/0001-93	Valor:
Fornecedor:	AMPLA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 56,37
Marca:	CARTON CA 17137	
CNPJ:	48.610.545/0001-46	Valor:
Fornecedor:	PORTUM DISTRIBUIDOR INDUSTRIAL LTDA	R\$ 56,37
Marca:	RHINO	
CNPJ:	18.966.588/0001-06	Valor:
Fornecedor:	DENISE MOREIRA DA SILVA 03588964606	R\$ 56,37
Marca:	CARTOM	
CNPJ:	47.332.604/0001-07	Valor:
Fornecedor:	PORTALSEG LICITACOES COM REP LTDA	R\$ 56,37
Marca:	MARLUVAS	
CNPJ:	43.517.462/0001-93	Valor:
Fornecedor:	AMPLA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 56,37
Marca:	CARTON CA 17137	
CNPJ:	48.610.545/0001-46	Valor:
Fornecedor:	PORTUM DISTRIBUIDOR INDUSTRIAL LTDA	R\$ 56,37
Marca:	RHINO	
CNPJ:	18.966.588/0001-06	Valor:
Fornecedor:	DENISE MOREIRA DA SILVA 03588964606	R\$ 56,37
Marca:	CARTOM	
CNPJ:	47.332.604/0001-07	Valor:
Fornecedor:	PORTALSEG LICITACOES COM REP LTDA	R\$ 56,37
Marca:	MARLUVAS	
CNPJ:	43.517.462/0001-93	Valor:
Fornecedor:	AMPLA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 56,37
Marca:	CARTON CA 17137	
CNPJ:	48.610.545/0001-46	Valor:
Fornecedor:	PORTUM DISTRIBUIDOR INDUSTRIAL LTDA	R\$ 56,37
Marca:	RHINO	
CNPJ:	18.966.588/0001-06	Valor:
Fornecedor:	DENISE MOREIRA DA SILVA 03588964606	R\$ 56,37
Marca:	CARTOM	
CNPJ:	47.332.604/0001-07	Valor:
Fornecedor:	PORTALSEG LICITACOES COM REP LTDA	R\$ 56,37
Marca:	MARLUVAS	
CNPJ:	43.517.462/0001-93	Valor:
Fornecedor:	AMPLA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 56,37
Marca:	CARTON CA 17137	

Assinado por 3 pessoas: NATHANIEL SELIS DE ASSIS SILVA, WAGNER GUARDIANO ABREU e MIRELLE MONTEIRO DA COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://acispes.1doc.com.br/verificacao/3EA8-CF24-6047-7C58> e informe o código 3EA8-CF24-6047-7C58

CNPJ:	48.610.545/0001-46	Valor:
Fornecedor:	PORTUM DISTRIBUIDOR INDUSTRIAL LTDA	R\$ 56,37
Marca:	RHINO	
CNPJ:	18.966.588/0001-06	Valor:
Fornecedor:	DENISE MOREIRA DA SILVA 03588964606	R\$ 56,37
Marca:	CARTOM	
CNPJ:	47.332.604/0001-07	Valor:
Fornecedor:	PORTALSEG LICITACOES COM REP LTDA	R\$ 56,37
Marca:	MARLUVAS	
CNPJ:	43.517.462/0001-93	Valor:
Fornecedor:	AMPLA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 56,37
Marca:	CARTON CA 17137	
CNPJ:	48.610.545/0001-46	Valor:
Fornecedor:	PORTUM DISTRIBUIDOR INDUSTRIAL LTDA	R\$ 56,37
Marca:	RHINO	
CNPJ:	18.966.588/0001-06	Valor:
Fornecedor:	DENISE MOREIRA DA SILVA 03588964606	R\$ 56,37
Marca:	CARTOM	
CNPJ:	47.332.604/0001-07	Valor:
Fornecedor:	PORTALSEG LICITACOES COM REP LTDA	R\$ 56,37
Marca:	MARLUVAS	
CNPJ:	43.517.462/0001-93	Valor:
Fornecedor:	AMPLA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 56,37
Marca:	CARTON CA 17137	
CNPJ:	48.610.545/0001-46	Valor:
Fornecedor:	PORTUM DISTRIBUIDOR INDUSTRIAL LTDA	R\$ 56,37
Marca:	RHINO	
CNPJ:	18.966.588/0001-06	Valor:
Fornecedor:	DENISE MOREIRA DA SILVA 03588964606	R\$ 56,37
Marca:	CARTOM	
CNPJ:	47.332.604/0001-07	Valor:
Fornecedor:	PORTALSEG LICITACOES COM REP LTDA	R\$ 56,37
Marca:	MARLUVAS	
CNPJ:	43.517.462/0001-93	Valor:
Fornecedor:	AMPLA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 56,37
Marca:	CARTON CA 17137	
CNPJ:	48.610.545/0001-46	Valor:
Fornecedor:	PORTUM DISTRIBUIDOR INDUSTRIAL LTDA	R\$ 56,37
Marca:	RHINO	
CNPJ:	18.966.588/0001-06	Valor:
Fornecedor:	DENISE MOREIRA DA SILVA 03588964606	R\$ 56,37
Marca:	CARTOM	

Assinado por 3 pessoas: NATHANIEL SELIS DE ASSIS SILVA, WAGNER GUARDIANO ABREU e MIRELLE MONTEIRO DA COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://acispes.1doc.com.br/verificacao/3EA8-CF24-6047-7C58> e informe o código 3EA8-CF24-6047-7C58

CNPJ:	47.332.604/0001-07	Valor:
Fornecedor:	PORTALSEG LICITACOES COM REP LTDA	R\$ 56,37
Marca:	MARLUVAS	
CNPJ:	43.517.462/0001-93	Valor:
Fornecedor:	AMPLA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 56,37
Marca:	CARTON CA 17137	
CNPJ:	48.610.545/0001-46	Valor:
Fornecedor:	PORTUM DISTRIBUIDOR INDUSTRIAL LTDA	R\$ 56,37
Marca:	RHINO	
CNPJ:	18.966.588/0001-06	Valor:
Fornecedor:	DENISE MOREIRA DA SILVA 03588964606	R\$ 56,37
Marca:	CARTOM	
CNPJ:	47.332.604/0001-07	Valor:
Fornecedor:	PORTALSEG LICITACOES COM REP LTDA	R\$ 56,37
Marca:	MARLUVAS	

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
4	10	Média	R\$ 56,37	R\$ 563,70
Botina de segurança sem biqueira nº 37 Cor Preta				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
4	10	Média	R\$ 56,37	R\$ 563,70
Botina de segurança sem biqueira nº 38 Cor Preta				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
4	10	Média	R\$ 56,37	R\$ 563,70
Botina de segurança sem biqueira nº 39 Cor Preta				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
4	10	Média	R\$ 56,37	R\$ 563,70
Botina de segurança sem biqueira nº 40 Cor Preta				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
4	10	Média	R\$ 56,37	R\$ 563,70
Botina de segurança sem biqueira nº 41 Cor Preta				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
4	10	Média	R\$ 56,37	R\$ 563,70
Botina de segurança sem biqueira nº 42 Cor Preta				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
4	10	Média	R\$ 56,37	R\$ 563,70
Botina de segurança sem biqueira nº 43 Cor Preta				

Assinado por 3 pessoas: NATHANIEL SELIS DE ASSIS SILVA, WAGNER GUARDIANO ABREU e MIRELLE MONTEIRO DA COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://acispes.1doc.com.br/verificacao/3EA8-CF24-6047-7C58>

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
4	10	Média	R\$ 56,37	R\$ 563,70
Botina de segurança sem biqueira nº 44 Cor Preta				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
4	10	Média	R\$ 52,20	R\$ 522,00
Bota de borracha TAM. 35 Cor PRETA				

Referências:

Fonte	Medida	Ente Público	Editais	Data Licitação
licitardigital	PAR	PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA	8/2026	06/07/2026

Preços

CNPJ:	65.207.914/0001-73	Valor:	
Fornecedor:	LINO DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA	R\$ 52,40	
Marca:	CRIVAL		
CNPJ:	21.151.275/0001-04	Valor:	
Fornecedor:	BH Soldas Equipamentos de Proteção Individual EIRELI	R\$ 52,00	
Marca:	CARTOM		
CNPJ:	46.687.136/0001-12	Valor:	
Fornecedor:	COMERCIAL J & C COMEX LTDA	R\$ 52,40	
Marca:	crival ca 39936		
CNPJ:	12.483.493/0001-47	Valor:	
Fornecedor:	-	R\$ 52,00	
Marca:	MARLUVAS		
CNPJ:	65.207.914/0001-73	Valor:	
Fornecedor:	LINO DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA	R\$ 52,40	
Marca:	CRIVAL		
CNPJ:	21.151.275/0001-04	Valor:	
Fornecedor:	BH Soldas Equipamentos de Proteção Individual EIRELI	R\$ 52,00	
Marca:	CARTOM		
CNPJ:	46.687.136/0001-12	Valor:	
Fornecedor:	COMERCIAL J & C COMEX LTDA	R\$ 52,40	
Marca:	crival ca 39936		

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	10	Média	R\$ 52,27	R\$ 522,67
Bota de borracha TAM. 36 Cor PRETA				

Assinado por 3 pessoas: NATHANIEL SELIS DE ASSIS SILVA, WAGNER GUARDIANO ABREU e MIRELLE MONTEIRO DA COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://acispes.1doc.com.br/verificacao/3EA8-CF24-6047-7C58> e informe o código 3EA8-CF24-6047-7C58

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
4	10	Média	R\$ 47,14	R\$ 471,38
Bota de borracha TAM.37 Cor PRETA				

Referências:

Fonte	Medida	Ente Público	Editais	Data Licitação
licitardigital	Par	Prefeitura Municipal de Marmelópolis	44/2025	03/09/2025

Preços

CNPJ:	19.611.064/0001-57	Valor:	
Fornecedor:	PIZANI EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA	R\$ 47,15	
Marca:	INNPRO CA 36025		
CNPJ:	19.612.735/0001-02	Valor:	
Fornecedor:	RIBEIRO COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA EIRELI	R\$ 47,10	
Marca:	INNPRO		
CNPJ:	26.844.478/0001-91	Valor:	
Fornecedor:	DISTRIBUIDORA BRAZLIMP LTDA	R\$ 47,15	
Marca:	INNPRO		
CNPJ:	61.646.582/0001-72	Valor:	
Fornecedor:	FENIX COMERCIO E VAREJO LTDA	R\$ 47,15	
Marca:	INNOVARE		
CNPJ:	26.729.755/0001-15	Valor:	
Fornecedor:	FORTE SINAL EQUIPAMENTOS - EIRELI	R\$ 47,15	
Marca:	"CARTOM REF. 206 C.A 32169"		
CNPJ:	32.375.910/0001-45	Valor:	
Fornecedor:	SABRINE CRISTINA PEREIRA RIBEIRO 08191094606	R\$ 47,05	
Marca:	PEGA FORTE		
CNPJ:	61.646.582/0001-72	Valor:	
Fornecedor:	FENIX COMERCIO E VAREJO LTDA	R\$ 47,15	
Marca:	INNOVARE		

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	10	Média	R\$ 47,12	R\$ 471,17
Bota de borracha TAM.38 Cor PRETA				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	10	Média	R\$ 50,72	R\$ 507,20
Bota de borracha TAM. 39 Cor PRETA				

Assinado por 3 pessoas: NATHANIEL SELIS DE ASSIS SILVA, WAGNER GUARDIANO ABREU e MIRELLE MONTEIRO DA COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://acispes.1doc.com.br/verificacao/3EA8-CF24-6047-7C58> e informe o código 3EA8-CF24-6047-7C58

Referências:

Fonte	Medida	Ente Público	Edital	Data Licitação
licitardigital	UNIDADE	Prefeitura Municipal de Sardoá	019/2025	27/08/2025

Preços

CNPJ:	01.809.657/0001-67	Valor:
Fornecedor:	JOIBLAM CASA E CONSTRUCAO EIRELI	R\$ 50,50
Marca:		
CNPJ:	61.646.582/0001-72	Valor:
Fornecedor:	FENIX COMERCIO E VAREJO LTDA	R\$ 50,57
Marca:		
CNPJ:	32.850.515/0001-77	Valor:
Fornecedor:	AYALA HOME CENTER LTDA	R\$ 50,56
Marca:		
CNPJ:	28.641.662/0001-60	Valor:
Fornecedor:	JOSE GERALDO DA COSTA LTDA	R\$ 50,57
Marca:		
CNPJ:	01.809.657/0001-67	Valor:
Fornecedor:	JOIBLAM CASA E CONSTRUCAO EIRELI	R\$ 50,50
Marca:		
CNPJ:	61.646.582/0001-72	Valor:
Fornecedor:	FENIX COMERCIO E VAREJO LTDA	R\$ 50,57
Marca:		
CNPJ:	22.575.889/0001-78	Valor:
Fornecedor:	AGROPECUARIA RPN LTDA	R\$ 50,57
Marca:	pega forte	
CNPJ:	28.641.662/0001-60	Valor:
Fornecedor:	JOSE GERALDO DA COSTA LTDA	R\$ 50,57
Marca:		
CNPJ:	01.809.657/0001-67	Valor:
Fornecedor:	JOIBLAM CASA E CONSTRUCAO EIRELI	R\$ 50,50
Marca:		
CNPJ:	61.646.582/0001-72	Valor:
Fornecedor:	FENIX COMERCIO E VAREJO LTDA	R\$ 50,57
Marca:		
CNPJ:	22.575.889/0001-78	Valor:
Fornecedor:	AGROPECUARIA RPN LTDA	R\$ 50,57
Marca:	pega forte	
CNPJ:	28.641.662/0001-60	Valor:
Fornecedor:	JOSE GERALDO DA COSTA LTDA	R\$ 50,57
Marca:		

Assinado por 3 pessoas: NATHANIEL SELIS DE ASSIS SILVA, WAGNER GUARDIANO ABREU e MIRELLE MONTEIRO DA COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://acispes.1doc.com.br/verificacao/3EAB8-CF24-6047-7C58> e informe o código 3EAB8-CF24-6047-7C58

CNPJ:	61.646.582/0001-72	Valor:
Fornecedor:	FENIX COMERCIO E VAREJO LTDA	R\$ 50,57
Marca:		

CNPJ:	22.575.889/0001-78	Valor:
Fornecedor:	AGROPECUARIA RPN LTDA	R\$ 50,57
Marca:	pega forte	

CNPJ:	28.641.662/0001-60	Valor:
Fornecedor:	JOSE GERALDO DA COSTA LTDA	R\$ 50,57
Marca:		

Fonte	Medida	Ente Público	Editais	Data Licitação
licitardigital	par	Prefeitura Municipal de Francisco Badaró - Secretaria Mun. de Obras e Serviços Urbanos	0012/2026	30/06/2026

Preços

CNPJ:	04.522.241/0001-51	Valor:
Fornecedor:	SIMÕES COMERCIAL & Pousada LTDA	R\$ 52,00
Marca:	Pega Forte	

CNPJ:	66.190.166/0001-26	Valor:
Fornecedor:	SERGIO BATISTA RAMALHO E CIA LTDA	R\$ 49,66
Marca:	grendene	

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
4	10	Média	R\$ 50,55	R\$ 505,50
Bota de borracha TAM.40 Cor PRETA				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
4	10	Média	R\$ 50,55	R\$ 505,53
Bota de borracha TAM.41 Cor PRETA				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	10	Média	R\$ 50,57	R\$ 505,70
Bota de borracha TAM.42 Cor PRETA				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	10	Média	R\$ 50,57	R\$ 505,70
Bota de borracha TAM. 43 Cor PRETA				

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	4	Média	R\$ 62,41	R\$ 249,64
Cone de Sinalização, altura 75cm Laranja e Branco				

Assinado por 3 pessoas: NATHANIEL SELIS DE ASSIS SILVA, WAGNER GUARDIANO ABREU e MIRELLE MONTEIRO DA COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://acisps.1doc.com.br/verificacao/3EA8-CF24-6047-7C58>

Referências:

Fonte	Medida	Ente Público	Edital	Data Licitação
	UN	Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso	000040/2026	10/06/2026

Preços

CNPJ:	08.108.696/0001-86	Valor:
Fornecedor:	DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS G.C.R. EIRELI	R\$ 62,50
Marca:	PLASTICOR	

CNPJ:	13.851.726/0001-80	Valor:
Fornecedor:	TOTAL SEGURANCA EQUIPAMENTOS DE PROTECAO E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	R\$ 62,73
Marca:	PLASTCOR	

CNPJ:	21.151.275/0001-04	Valor:
Fornecedor:	BH Soldas Equipamentos de Proteção Individual EIRELI	R\$ 62,00
Marca:	PIC PLASTICO	

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	4	Média	R\$ 68,68	R\$ 274,72

Placa sinalizadora Piso Molhado - Placa feita em PEAD

Referências:

Fonte	Medida	Ente Público	Edital	Data Licitação
licitardigital	UN	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo	39/2026	09/07/2026

Preços

CNPJ:	21.151.275/0001-04	Valor:
Fornecedor:	BH Soldas Equipamentos de Proteção Individual EIRELI	R\$ 68,68
Marca:	PIC PLASTICOS	

CNPJ:	46.687.136/0001-12	Valor:
Fornecedor:	COMERCIAL J & C COMEX LTDA	R\$ 68,68
Marca:	romher	

CNPJ:	41.852.525/0001-32	Valor:
Fornecedor:	PINTANDO E BORDANDO COMÉRCIO LTDA	R\$ 68,68
Marca:	KTELI	

Assinado por 3 pessoas: NATHANIEL SELIS DE ASSIS SILVA, WAGNER GUARDIANO ABREU e MIRELLE MONTEIRO DA COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://acispes.1doc.com.br/verificacao/3EA8-CF24-6047-7C58>

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

OBJETO DA CONTRATAÇÃO: Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) e materiais correlatos destinados à segurança do trabalho, visando atender às necessidades da ACISPES.

Etapa	Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Nível do Risco	Medidas Preventivas	Medidas Mitigadoras
Planejamento da contratação	Definição inadequada das especificações ou quantitativos dos itens.	Baixa	Alto	Médio	Elaborar ETP e Termo de Referência com participação do setor demandante e conferência das especificações técnicas.	Revisar os documentos antes da publicação e, se necessário, promover as adequações por meio de retificação.
Seleção do fornecedor	Ausência de propostas ou licitação fracassada/deserta.	Média	Alto	Alto	Realizar pesquisa de mercado adequada, definir especificações compatíveis com o mercado e ampla divulgação do certame.	Revisar as condições do edital e realizar novo procedimento, caso necessário.
Seleção do fornecedor	Apresentação de produtos incompatíveis com as especificações exigidas.	Média	Alto	Alto	Exigir documentação técnica, Certificado de Aprovação (CA), quando aplicável, e catálogo ou ficha técnica dos produtos.	Desclassificar propostas em desacordo com o edital e exigir substituição dos produtos recusados.
Execução contratual	Atraso na entrega dos materiais.	Média	Médio	Médio	Estabelecer prazo de entrega compatível e acompanhar o cumprimento das solicitações pelo fiscal do contrato.	Notificar a contratada e aplicar as sanções previstas no contrato e na Lei nº 14.133/2021, se cabíveis.
Execução contratual	Entrega de materiais com defeitos, fora das especificações ou sem certificação obrigatória.	Baixa	Alto	Médio	Conferência dos produtos no recebimento e exigência de CA válido, quando aplicável.	Recusar os materiais e determinar a substituição, sem ônus para a Administração.
Execução contratual	Descumprimento das obrigações contratuais pela contratada.	Baixa	Alto	Médio	Fiscalização contínua da execução contratual e acompanhamento das entregas.	Aplicar as penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato, podendo ocorrer rescisão contratual, se necessário.
Gestão contratual	Insuficiência de estoque em razão de consumo superior ao previsto.	Baixa	Médio	Baixo	Planejamento adequado das quantidades e acompanhamento periódico do consumo pelo setor responsável.	Realizar nova contratação ou aditamento, quando legalmente cabível, evitando desabastecimento.

ESCALA QUALITATIVA DE PROBABILIDADES

ASPECTOS AVALIATIVOS

IMPROVÁVEL	RARA	POSSÍVEL	PROVÁVEL	PRATICAMENTE CERTO
Evento extraordinário para os padrões conhecidos da gestão e operação de processos de contratação de serviços técnicos	Evento casual, inesperado. Muito embora raro, há histórico de ocorrência conhecido por parte de gestores e operadores de processos de contratação de serviços técnicos	Evento deve ocorrer em algum momento, é esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido em contratação de serviços técnicos.	Evento provavelmente ocorra na maioria das circunstâncias. Devido à sua ocorrência habitual, seu histórico é amplamente conhecido por parte de gestores e operadores de processos de contratação de serviços técnicos.	Evento se reproduz seguidamente de maneira assídua, numerosa e não raro de modo acelerado. Interfere de modo claro no ritmo de atividades, sendo evidentes mesmo para os que conhecem pouco o processo de contratação de serviços técnicos.
BAIXA 1	MÉDIA 2	ALTA 3	MUITO ALTA 4	ELEVADA 5

ESCALA QUALITATIVA DE IMPACTO

ASPECTOS AVALIATIVOS

MÍNIMO	PEQUENO	MODERADO	SIGNIFICATIVO	CATASTRÓFICO
Não afeta os objetivos Evento cujo impacto pode ser absorvido por meio de atividades normais, com pouco ou nenhum impacto	Evento cujas consequências podem ser absorvidas, mas carecem de esforço da gestão para minimizar o impacto sobre a contratação do serviço Determina ações de caráter orientativo	Evento significativo que pode ser gerenciado em circunstâncias normais, mas determina ações de caráter corretivo Prejudica o alcance dos objetivos	Evento crítico, mas que com a devida gestão pode ser suportado Prejudica o alcance da missão da Secretaria e exige a intervenção da Alta Administração Produz impacto direto sobre a	Evento com potencial para levar o serviço de contratação ao colapso, determinando a interrupção do processo Prejudica o alcance da missão da Secretaria de Administração e partes envolvidas
BAIXO RISCO 1	LEVE 2	MODERADO 3	SEVERO 4	MASSIVO 5



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3EA8-CF24-6047-7C58

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



NATHANAEL SELIS DE ASSIS SILVA (CPF 104.XXX.XXX-97) em 27/07/2026 16:47:03 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



WAGNER GUARDIANO ABREU (CPF 062.XXX.XXX-98) em 28/07/2026 16:18:15 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MIRELLE MONTEIRO DA COSTA (CPF 133.XXX.XXX-62) em 28/07/2026 17:09:42 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://acispes.1doc.com.br/verificacao/3EA8-CF24-6047-7C58>

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2026

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

Processo Administrativo nº108/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI A ACISPES E A EMPRESA
*****.

Pelo Presente Instrumento, de um lado a Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra - ACISPES, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 01.203.485/0001-83, com sede junto à Rua Ataliba de Barrios, nº 05, São Mateus, Juiz de Fora – MG CEP nº 36025-275, representada pela Secretaria Executiva, a Sra. Samantha Maria Borchear, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na.....*, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº 108/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do procedimento de pregão nº 58/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.0. O objeto do presente instrumento é a Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) e materiais correlatos destinados à segurança do trabalho, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

Nº Item	Cód.	Descrição	Unidade	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
---------	------	-----------	---------	------------	---------------	------------

001	979601 483	Bota de borracha TAM. 35 Cor PRETA - Bota de borracha TAM. 35 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10		
002	979601 484	Bota de borracha TAM. 36 Cor PRETA - Bota de borracha TAM. 36 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10		
003	979601 485	Bota de borracha TAM.37 Cor PRETA - - Bota de borracha TAM.37 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10		
004	979601 486	Bota de borracha TAM.38 Cor PRETA - - Bota de borracha TAM.38 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10		
005	979602	Bota de borracha TAM.	Par	10		

	671	39 Cor PRETA - Bota de borracha TAM. 39 Cor PRETA- Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.				
006	979601 488	Bota de borracha TAM.40 Cor PRETA - Bota de borracha TAM.40 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10		
007	979601 489	Bota de borracha TAM.41 Cor PRETA - Bota de borracha TAM.41 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10		
008	979601 490	Bota de borracha TAM.42 Cor PRETA - Bota de borracha TAM.42 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10		
009	979601 491	Bota de borracha TAM. 43 Cor PRETA - - Bota de	Par	2		

		borracha TAM. 43 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.				
010	979602 662	Botina de segurança sem biqueira nº 36 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 36 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25		
011	979602 663	Botina de segurança sem biqueira nº 37 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 37 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25		
012	979602 664	Botina de segurança sem biqueira nº 38 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 38 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25		
013	979602 665	Botina de segurança sem biqueira nº 39 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 39 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha	Par	25		

		Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.				
014	979602 666	Botina de segurança sem biqueira nº 40 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 40 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25		
015	979602 667	Botina de segurança sem biqueira nº 41 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 41 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25		
016	979602 668	Botina de segurança sem biqueira nº 42 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 42 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25		
017	979602 669	Botina de segurança sem biqueira nº 43 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 43 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	10		
018	979602	Botina de segurança sem	Par	10		

	670	biqueira nº 44 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 44 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.				
019	2258207	Capa de Chuva Amarela Impermeável - O material PVC é leve, atóxico e fácil de higienizar, o material veta totalmente a passagem de água. Para que serve: A capa de chuva é ideal para quem precisa se sair na chuva. Características: Material PVC flexível e impermeável Costuras seladas eletronicamente. Fechamento frontal com quatro botões de pressão. Touca Fixa Manga Longa Cor amarela Tamanho G Altura: 1,20mt Largura: 60cm	Unidade	10		
020	979601492	Cone de Sinalização, altura 75cm Laranja e Branco - Cone de Sinalização, altura 75cm Laranja e Branco-Cone de sinalização utilizado em vias públicas e em rodovias de todo território nacional. Sua função é controlar e auxiliar a sinalização, utilizado para canalizar, direcionar o tráfego e delimitar áreas. Sinalização das ruas, rodovias, veículos e para a delimitação de	Unidade	4		

		determinadas áreas, sempre visando à segurança e a tranquilidade das pessoas, Medidas da Base: 360 x 360 mm. Peso do Cone: 1 Kg.				
021	2258954	Creme de Proteção para as Mãos 200g - O creme de proteção para as mãos PM 1000 é um creme grupo 3 – água e óleo-resistente – pintura. Não contém silicone. É testado dermatologicamente. É removido com água e sabonete. Pode ser aplicado em qualquer parte do corpo, inclusive sob luvas. Indicação: Indicado para proteção da pele do usuário contra água, vernizes, tintas, óleos, solventes, graxas, cimento, cal, argamassa, lã de vidro, colas instantâneas, resinas, ácidos e bases em diluição até 15%.	Unidade	5		
022	979601473	Fita antiderrapante largura 48mm x 30m - Fita antiderrapante largura 48mm x 30m - Fita a base de sílica, filme de poliéster, polímero e copolímero adesivo.	Rolo	2		
023	979601472	Fita de Segurança para isolamento de área zebra- - Fita Zebrada de sinalização e segurança produzida em filme de polietileno de baixa densidade sem adesivo, impresso em	Rolo	5		

		duas cores preto e amarelo, com espessura de 3 micras e colocada num tubete de papelão com largura de 70 mmx 200 metros.				
024	225829 4	Luva de Algodão Com Pigmentos Palma e Dorso - tamanho G. - Luva de Algodão Com Pigmentos Palma e Dorso - proteção contra agentes mecânicos e abrasivos. Tricotada em algodão, pigmentada com pontos em PVC, totalmente sem costuras, superconfortável, com uma boa destreza e sensibilidade para proteção da mão, tamanho G.	Par	20		
025	979601 466	Luva de segurança com alta resistência a corte - Luva de segurança com alta resistência a corte, abrasão, rasgamento e perfuração- desenvolvida em algodão e poliéster de alta qualidade com revestimento corrugado, a luva de proteção que oferece excelente aderência. A luva de proteção deve ser desenvolvida em algodão e poliéster com revestimento total (palma e dorso) de borracha natural e parcial (palma e ponta dos dedos) de borracha natural corrugado. Punho elástico. Tamanho G	Par	100		

026	979601 465	Luva Ranhurada - Luva de segurança, confeccionada em borracha natural, ou seja látex, super-reforçada, clorinada internamente, superfície externa antiderrapante na face palmar, nos dedos e na ponta dos dedos, Certificações ISSO 374 Tipo A, EN 388, EN 407, tamanho G.	Par	150		
027	979601 469	Luva Segurança de vaqueta - luva de proteção feita de couro de vaqueta, utilizadas em trabalhos que envolvem manuseio de materiais ásperos, uso de ferramentas manuais, trabalhos em construção, indústria pesada, agricultura e outras atividades que apresentam riscos para as mãos, tamanho G.	Par	50		
028	225767 9	Oculos RJ Incolor - Óculos de segurança constituído de um arco de material plástico preto, com um pino central e uma fenda em cada extremidade, utilizadas para o encaixe de um visor de policarbonato incolor, com apoio nasal e proteção lateral injetada do mesmo material, com um orifício na parte frontal superior e uma fenda em cada extremidade para o encaixe no arco. O arco possui borda superior	Unidade	50		

		com meia-proteção na parte frontal e nas bordas. As hastes são confeccionadas do mesmo material do arco e são compostas de duas peças: uma semi-haste vazada com umas das extremidades fixadas ao arco por meio de parafuso metálico e outra semi-haste com um pino plástico em uma das extremidades da semi-haste anterior e que permite o ajuste do tamanho.				
029	979601 493	Placa sinalizadora Piso Molhado - Placa feita em PEAD - Placa sinalizadora Piso Molhado - Placa feita em PEAD - Polietileno de Alta Densidade, maior durabilidade, resistência e leveza. Medida Aberta: 65 cm (altura) x 27 cm (largura) x 31 cm (profundidade) Medida Fechada: 67 cm (altura) x 27 cm (largura) x 25 cm (profundidade).	Unidade	4		
030	225829 7	Protetor Auricular de Silicone Tipo Plug - Protetor Auricular de Silicone Tipo Plug com atenuação de até 15 Decibéis ,têm um design com 3 flanges único que ajuda a fornecer um ajuste seguro e confortável. Ajuda também a criar um selo de bloqueio de ruído suave no canal auditivo	Unidade	25		

		para a efetiva proteção auditiva, fácil remoção e ajuda a manter as pontas limpas quando as mãos do trabalhador estão sujas.				
031	979601471	Protetor Solar FPS 60 - Proteção à pele contra os efeitos nocivos da radiação solar, prevenindo as queimaduras solares. Com toque seco e fácil espalhabilidade, não deixa a pele esbranquiçada e possui aplicação rápida e prática 120 ml.	Frasco	10		
Total ==>						

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. Os documentos públicos que ensejaram a contratação, tais como editais de licitação, avisos de dispensa ou inexigibilidade de licitação e todos os anexos aos atos convocatórios.

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do dia 24/08/2026, considerando o fim da vigência do processo anterior, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS **([art. 92, IV, VII e XVIII](#))**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **07/2026**.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) *dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, salvo a garantia legal prevista na Lei Federal nº 8.078/90.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Multa:**

- 1. Moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 2. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- i. O atraso superior a quinze dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 1% (um por cento) a 30 % do valor do Contrato.
- 4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 1%(um por cento) a 30%(trinta por cento)do valor do Contrato.
- 5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 1%(um por cento) a 30%(trinta por cento)do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 1% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1 a multa será de 1% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.5. O contrato poderá ser extinto:

12.5.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.5.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

3.3.90.30.00.1.01.01.10.122.0001.2.0001 – Administração

3.3.90.30.00.1.04.01.10.122.0001.2.0007 - Rateio

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual da Comarca de Juiz de Fora para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO APONTAMENTO DO FISCAL E GESTOR DO CONTRATO

18.1 O fiscal das contratações decorrentes deste instrumento será *****.

18.2 A gestora das contratações do presente instrumento será *****.

Juiz de Fora, *[dia]* de *[mês]* de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL EM SAÚDE PÉ DA SERRA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

N.º

A Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra - ACISPES, com sede na Rua Ataliba de Barros, nº 05, São Mateus, Juiz de Fora – MG, CEP nº 36025-275, inscrito no CNPJ sob o nº 01.203.485/0001-83, neste ato representada pela Secretária Executiva, a Sra. Samantha Maria Borchear, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 58/2026, publicada no dia @dataDePublicacaoDiarioOficial, processo administrativo n.º 108/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, neste ato representado(a) por, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir::

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) e materiais correlatos destinados à segurança do trabalho especificado no item 1.1 do Termo de Referência, anexo *do edital*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Nº Item	Cód.	Descrição	Unidade	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
---------	------	-----------	---------	------------	---------------	------------

001	97960 1483	Bota de borracha TAM. 35 Cor PRETA - Bota de borracha TAM. 35 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10		
002	97960 1484	Bota de borracha TAM. 36 Cor PRETA - Bota de borracha TAM. 36 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10		
003	97960 1485	Bota de borracha TAM.37 Cor PRETA - - Bota de borracha TAM.37 Cor PRETA - Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10		
004	97960 1486	Bota de borracha TAM.38 Cor PRETA - - Bota de borracha TAM.38 Cor PRETA - Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10		
005	97960 2671	Bota de borracha TAM. 39 Cor PRETA - Bota	Par	10		

		de borracha TAM. 39 Cor PRETA- Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.				
006	97960 1488	Bota de borracha TAM.40 Cor PRETA - Bota de borracha TAM.40 Cor PRETA - Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10		
007	97960 1489	Bota de borracha TAM.41 Cor PRETA - Bota de borracha TAM.41 Cor PRETA - Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10		
008	97960 1490	Bota de borracha TAM.42 Cor PRETA - Bota de borracha TAM.42 Cor PRETA - Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10		
009	97960 1491	Bota de borracha TAM. 43 Cor PRETA - - Bota de borracha TAM. 43 Cor PRETA -Calçado	Par	2		

		ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.				
010	97960 2662	Botina de segurança sem biqueira nº 36 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 36 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25		
011	97960 2663	Botina de segurança sem biqueira nº 37 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 37 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25		
012	97960 2664	Botina de segurança sem biqueira nº 38 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 38 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25		
013	97960 2665	Botina de segurança sem biqueira nº 39 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 39 Cor Preta - Botina De Segurança Em	Par	25		

		Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.				
014	97960 2666	Botina de segurança sem biqueira nº 40 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 40 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25		
015	97960 2667	Botina de segurança sem biqueira nº 41 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 41 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25		
016	97960 2668	Botina de segurança sem biqueira nº 42 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 42 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25		
017	97960 2669	Botina de segurança sem biqueira nº 43 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 43 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema	Par	10		

		resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.				
018	97960 2670	Botina de segurança sem biqueira nº 44 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 44 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	10		
019	22582 07	Capa de Chuva Amarela Impermeável - O material PVC é leve, atóxico e fácil de higienizar, o material veta totalmente a passagem de água. Para que serve: A capa de chuva é ideal para quem precisa se sair na chuva. Características: Material PVC flexível e impermeável Costuras seladas eletronicamente. Fechamento frontal com quatro botões de pressão. Touca Fixa Manga Longa Cor amarela Tamanho G Altura: 1,20mt Largura: 60cm	Unidade	10		
020	97960 1492	Cone de Sinalização, altura 75cm Laranja e Branco - Cone de Sinalização, altura 75cm Laranja e Branco- Cone de sinalização utilizado em vias públicas e em rodovias de todo território nacional. Sua função é	Unidade	4		

		controlar e auxiliar a sinalização, utilizado para canalizar, direcionar o tráfego e delimitar áreas. Sinalização das ruas, rodovias, veículos e para a delimitação de determinadas áreas, sempre visando à segurança e a tranquilidade das pessoas, Medidas da Base: 360 x 360 mm. Peso do Cone: 1 Kg.				
021	22589 54	Creme de Proteção para as Mãos 200g - O creme de proteção para as mãos PM 1000 é um creme grupo 3 – água e óleo-resistente – pintura. Não contém silicone. É testado dermatologicamente. É removido com água e sabonete. Pode ser aplicado em qualquer parte do corpo, inclusive sob luvas. Indicação: Indicado para proteção da pele do usuário contra água, vernizes, tintas, óleos, solventes, graxas, cimento, cal, argamassa, lã de vidro, colas instantâneas, resinas, ácidos e bases em diluição até 15%.	Unidade	5		
022	97960 1473	Fita antiderrapante largura 48mm x 30m - Fita antiderrapante largura 48mm x 30m - Fita a base de sílica, filme de poliéster,	Rolo	2		

		polímero e copolímero adesivo.				
023	97960 1472	Fita de Segurança para isolamento de área zebra- - Fita Zebrada de sinalização e segurança produzida em filme de polietileno de baixa densidade sem adesivo, impresso em duas cores preto e amarelo, com espessura de 3 micras e colocada num tubete de papelão com largura de 70 mmx 200 metros.	Rolo	5		
024	22582 94	Luva de Algodão Com Pigmentos Palma e Dorso - tamanho G. - Luva de Algodão Com Pigmentos Palma e Dorso - proteção contra agentes mecânicos e abrasivos. Tricotada em algodão, pigmentada com pontos em PVC, totalmente sem costuras, superconfortável, com uma boa destreza e sensibilidade para proteção da mão, tamanho G.	Par	20		
025	97960 1466	Luva de segurança com alta resistência a corte - Luva de segurança com alta resistência a corte, abrasão, rasgamento e perfuração- desenvolvida em algodão e poliéster de alta qualidade com revestimento corrugado, a luva de proteção que oferece excelente aderência. A luva de	Par	100		

		proteção deve ser desenvolvida em algodão e poliéster com revestimento total (palma e dorso) de borracha natural e parcial (palma e ponta dos dedos) de borracha natural corrugado. Punho elástico. Tamanho G				
026	97960 1465	Luva Ranhurada - Luva de segurança, confeccionada em borracha natural, ou seja látex, super-reforçada, clorinada internamente, superfície externa antiderrapante na face palmar, nos dedos e na ponta dos dedos, Certificações ISSO 374 Tipo A, EN 388, EN 407, tamanho G.	Par	150		
027	97960 1469	Luva Segurança de vaqueta - luva de proteção feita de couro de vaqueta, utilizadas em trabalhos que envolvem manuseio de materiais ásperos, uso de ferramentas manuais, trabalhos em construção, indústria pesada, agricultura e outras atividades que apresentam riscos para as mãos, tamanho G.	Par	50		
028	22576 79	Oculos RJ Incolor - Óculos de segurança constituído de um arco de material plástico preto, com um pino central e uma fenda em cada extremidade,	Unidade	50		

		utilizadas para o encaixe de um visor de policarbonato incolor, com apoio nasal e proteção lateral injetada do mesmo material, com um orifício na parte frontal superior e uma fenda em cada extremidade para o encaixe no arco. O arco possui borda superior com meia-proteção na parte frontal e nas bordas. As hastes são confeccionadas do mesmo material do arco e são compostas de duas peças: uma semi-haste vazada com umas das extremidades fixadas ao arco por meio de parafuso metálico e outra semi-haste com um pino plástico em uma das extremidades da semi-haste anterior e que permite o ajuste do tamanho.				
029	97960 1493	Placa sinalizadora Piso Molhado - Placa feita em PEAD - Placa sinalizadora Piso Molhado - Placa feita em PEAD - Polietileno de Alta Densidade, maior durabilidade, resistência e leveza. Medida Aberta: 65 cm (altura) x 27 cm (largura) x 31 cm (profundidade) Medida Fechada: 67 cm (altura) x 27 cm (largura) x 25 cm	Unidade	4		

		(profundidade).				
030	22582 97	Protetor Auricular de Silicone Tipo Plug - Protetor Auricular de Silicone Tipo Plug com atenuação de até 15 Decibéis ,têm um design com 3 flanges único que ajuda a fornecer um ajuste seguro e confortável. Ajuda também a criar um selo de bloqueio de ruído suave no canal auditivo para a efetiva proteção auditiva, fácil remoção e ajuda a manter as pontas limpas quando as mãos do trabalhador estão sujas.	Unidade	25		
031	97960 1471	Protetor Solar FPS 60 - Proteção à pele contra os efeitos nocivos da radiação solar, prevenindo as queimaduras solares. Com toque seco e fácil espalhabilidade, não deixa a pele esbranquiçada e possui aplicação rápida e prática 120 ml.	Frasco	10		
Total ==>						

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será a Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra - ACISPES.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contratodecorrentedaataderegistrodepreçosterásuavigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital* poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva

alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado.

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada nos termos da legislação vigente, mediante justificativa formal e comprovação da vantajosidade para a Administração. Na hipótese de prorrogação, o saldo dos quantitativos registrados nesta ATA será renovado integralmente, restabelecendo-se, para o novo período de vigência, os quantitativos originalmente registrados, permanecendo inalteradas as demais condições pactuadas.

12. DO APONTAMENTO DO FISCAL E GESTOR DO CONTRATO

12.1. O liquidante das contratações decorrentes deste instrumento será
*****.

12.2. O fiscal das contratações decorrentes deste instrumento será
*****.

12.3. A gestora das contratações do presente instrumento será
*****.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Juiz de Fora, **** de ***** de 2026.

Samantha Maria Borchear

Secretaria Exucutiva

Assinatura Licitante

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Nº Item	Cód.	Descrição	Unidade	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	97960 1483	Bota de borracha TAM. 35 Cor PRETA - Bota de borracha TAM. 35 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10		
002	97960 1484	Bota de borracha TAM. 36 Cor PRETA - Bota de borracha TAM. 36 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10		
003	97960 1485	Bota de borracha TAM.37 Cor PRETA - - Bota de borracha TAM.37 Cor PRETA - Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho	Par	10		

		antiderrapante.				
004	97960 1486	Bota de borracha TAM.38 Cor PRETA - Bota de borracha TAM.38 Cor PRETA - Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10		
005	97960 2671	Bota de borracha TAM. 39 Cor PRETA - Bota de borracha TAM. 39 Cor PRETA- Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10		
006	97960 1488	Bota de borracha TAM.40 Cor PRETA - Bota de borracha TAM.40 Cor PRETA - Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10		
007	97960 1489	Bota de borracha TAM.41 Cor PRETA - Bota de borracha TAM.41 Cor PRETA - Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10		

008	97960 1490	Bota de borracha TAM.42 Cor PRETA - Bota de borracha TAM.42 Cor PRETA - Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10		
009	97960 1491	Bota de borracha TAM. 43 Cor PRETA - - Bota de borracha TAM. 43 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	2		
010	97960 2662	Botina de segurança sem biqueira nº 36 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 36 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25		
011	97960 2663	Botina de segurança sem biqueira nº 37 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 37 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25		
012	97960 2664	Botina de segurança sem biqueira nº 38 Cor	Par	25		

		Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 38 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.				
013	97960 2665	Botina de segurança sem biqueira nº 39 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 39 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25		
014	97960 2666	Botina de segurança sem biqueira nº 40 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 40 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25		
015	97960 2667	Botina de segurança sem biqueira nº 41 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 41 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25		
016	97960 2668	Botina de segurança sem biqueira nº 42 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira	Par	25		

		nº 42 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.				
017	97960 2669	Botina de segurança sem biqueira nº 43 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 43 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	10		
018	97960 2670	Botina de segurança sem biqueira nº 44 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 44 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	10		
019	22582 07	Capa de Chuva Amarela Impermeável - O material PVC é leve, atóxico e fácil de higienizar, o material veta totalmente a passagem de água. Para que serve: A capa de chuva é ideal para quem precisa se sair na chuva. Características: Material PVC flexível e impermeável Costuras seladas eletronicamente. Fechamento frontal com quatro botões de	Unidade	10		

		pressão. Touca Fixa Manga Longa Cor amarela Tamanho G Altura: 1,20mt Largura: 60cm				
020	97960 1492	Cone de Sinalização, altura 75cm Laranja e Branco - Cone de Sinalização, altura 75cm Laranja e Branco- Cone de sinalização utilizado em vias públicas e em rodovias de todo território nacional. Sua função é controlar e auxiliar a sinalização, utilizado para canalizar, direcionar o tráfego e delimitar áreas. Sinalização das ruas, rodovias, veículos e para a delimitação de determinadas áreas, sempre visando à segurança e a tranquilidade das pessoas, Medidas da Base: 360 x 360 mm. Peso do Cone: 1 Kg.	Unidade	4		
021	22589 54	Creme de Proteção para as Mãos 200g - O creme de proteção para as mãos PM 1000 é um creme grupo 3 – água e óleo-resistente – pintura. Não contém silicone. É testado dermatologicamente. É removido com água e sabonete. Pode ser aplicado em qualquer parte do corpo, inclusive sob luvas. Indicação: Indicado	Unidade	5		

		para proteção da pele do usuário contra água, vernizes, tintas, óleos, solventes, graxas, cimento, cal, argamassa, lã de vidro, colas instantâneas, resinas, ácidos e bases em diluição até 15%.				
022	97960 1473	Fita antiderrapante largura 48mm x 30m - Fita antiderrapante largura 48mm x 30m - Fita a base de sílica, filme de poliéster, polímero e copolímero adesivo.	Rolo	2		
023	97960 1472	Fita de Segurança para isolamento de área zebra- - Fita Zebra de sinalização e segurança produzida em filme de polietileno de baixa densidade sem adesivo, impresso em duas cores preto e amarelo, com espessura de 3 micras e colocada num tubete de papelão com largura de 70 mmx 200 metros.	Rolo	5		
024	22582 94	Luva de Algodão Com Pigmentos Palma e Dorso - tamanho G. - Luva de Algodão Com Pigmentos Palma e Dorso - proteção contra agentes mecânicos e abrasivos. Tricotada em algodão, pigmentada com pontos em PVC, totalmente sem costuras, superconfortável, com uma boa destreza e sensibilidade para	Par	20		

		proteção da mão, tamanho G.				
025	97960 1466	Luva de segurança com alta resistência a corte - Luva de segurança com alta resistência a corte, abrasão, rasgamento e perfuração- desenvolvida em algodão e poliéster de alta qualidade com revestimento corrugado, a luva de proteção que oferece excelente aderência. A luva de proteção deve ser desenvolvida em algodão e poliéster com revestimento total (palma e dorso) de borracha natural e parcial (palma e ponta dos dedos) de borracha natural corrugado. Punho elástico. Tamanho G	Par	100		
026	97960 1465	Luva Ranhurada - Luva de segurança, confeccionada em borracha natural, ou seja látex, super-reforçada, clorinada internamente, superfície externa antiderrapante na face palmar, nos dedos e na ponta dos dedos, Certificações ISSO 374 Tipo A, EN 388, EN 407, tamanho G.	Par	150		
027	97960 1469	Luva Segurança de vaqueta - luva de proteção feita de couro de vaqueta, utilizadas em trabalhos que envolvem manuseio de	Par	50		

		materiais ásperos, uso de ferramentas manuais, trabalhos em construção, indústria pesada, agricultura e outras atividades que apresentam riscos para as mãos, tamanho G.				
028	22576 79	Oculos RJ Incolor - Óculos de segurança constituído de um arco de material plástico preto, com um pino central e uma fenda em cada extremidade, utilizadas para o encaixe de um visor de policarbonato incolor, com apoio nasal e proteção lateral injetada do mesmo material, com um orifício na parte frontal superior e uma fenda em cada extremidade para o encaixe no arco. O arco possui borda superior com meia-proteção na parte frontal e nas bordas. As hastes são confeccionadas do mesmo material do arco e são compostas de duas peças: uma semi-haste vazada com umas das extremidades fixadas ao arco por meio de parafuso metálico e outra semi-haste com um pino plástico em uma das extremidades da semi-haste anterior e que permite o ajuste do tamanho.	Unidade	50		

029	97960 1493	Placa sinalizadora Piso Molhado - Placa feita em PEAD - Placa sinalizadora Piso Molhado - Placa feita em PEAD - Polietileno de Alta Densidade, maior durabilidade, resistência e leveza. Medida Aberta: 65 cm (altura) x 27 cm (largura) x 31 cm (profundidade) Medida Fechada: 67 cm (altura) x 27 cm (largura) x 25 cm (profundidade).	Unidade	4		
030	22582 97	Protetor Auricular de Silicone Tipo Plug - Protetor Auricular de Silicone Tipo Plug com atenuação de até 15 Decibéis ,têm um design com 3 flanges único que ajuda a fornecer um ajuste seguro e confortável. Ajuda também a criar um selo de bloqueio de ruído suave no canal auditivo para a efetiva proteção auditiva, fácil remoção e ajuda a manter as pontas limpas quando as mãos do trabalhador estão sujas.	Unidade	25		
031	97960 1471	Protetor Solar FPS 60 - Proteção à pele contra os efeitos nocivos da radiação solar, prevenindo as queimaduras solares. Com toque seco e fácil espalhabilidade, não deixa a pele	Frasco	10		

		esbranquiçada e possui aplicação rápida e prática 120 ml.				
Total ==>						

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Nº Item	Cód.	Descrição	Unidade	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	979601483	Bota de borracha TAM. 35 Cor PRETA - Bota de borracha TAM. 35 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10		
002	979601484	Bota de borracha TAM. 36 Cor PRETA - Bota de borracha TAM. 36 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10		
003	979601485	Bota de borracha TAM.37 Cor PRETA - - Bota de borracha TAM.37 Cor PRETA - Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho	Par	10		

		antiderrapante.				
004	97960 1486	Bota de borracha TAM.38 Cor PRETA - Bota de borracha TAM.38 Cor PRETA - Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10		
005	97960 2671	Bota de borracha TAM. 39 Cor PRETA - Bota de borracha TAM. 39 Cor PRETA- Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10		
006	97960 1488	Bota de borracha TAM.40 Cor PRETA - Bota de borracha TAM.40 Cor PRETA - Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10		
007	97960 1489	Bota de borracha TAM.41 Cor PRETA - Bota de borracha TAM.41 Cor PRETA - Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10		

008	97960 1490	Bota de borracha TAM.42 Cor PRETA - Bota de borracha TAM.42 Cor PRETA - Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	10		
009	97960 1491	Bota de borracha TAM. 43 Cor PRETA - - Bota de borracha TAM. 43 Cor PRETA -Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano medio, sem forro, confeccionado em PVC preta, solado amarelo com desenho antiderrapante.	Par	2		
010	97960 2662	Botina de segurança sem biqueira nº 36 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 36 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25		
011	97960 2663	Botina de segurança sem biqueira nº 37 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 37 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro,Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25		
012	97960 2664	Botina de segurança sem biqueira nº 38 Cor	Par	25		

		Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 38 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.				
013	97960 2665	Botina de segurança sem biqueira nº 39 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 39 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25		
014	97960 2666	Botina de segurança sem biqueira nº 40 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 40 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25		
015	97960 2667	Botina de segurança sem biqueira nº 41 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 41 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	25		
016	97960 2668	Botina de segurança sem biqueira nº 42 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira	Par	25		

		nº 42 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.				
017	97960 2669	Botina de segurança sem biqueira nº 43 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 43 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	10		
018	97960 2670	Botina de segurança sem biqueira nº 44 Cor Preta - Botina de segurança sem biqueira nº 44 Cor Preta - Botina De Segurança Em Couro - Preto, Palmilha Antiperfuro, Extrema resistência térmica, à abrasão, cortes e lacerações.	Par	10		
019	22582 07	Capa de Chuva Amarela Impermeável - O material PVC é leve, atóxico e fácil de higienizar, o material veta totalmente a passagem de água. Para que serve: A capa de chuva é ideal para quem precisa se sair na chuva. Características: Material PVC flexível e impermeável Costuras seladas eletronicamente. Fechamento frontal com quatro botões de	Unidade	10		

		pressão. Touca Fixa Manga Longa Cor amarela Tamanho G Altura: 1,20mt Largura: 60cm				
020	97960 1492	Cone de Sinalização, altura 75cm Laranja e Branco - Cone de Sinalização, altura 75cm Laranja e Branco- Cone de sinalização utilizado em vias públicas e em rodovias de todo território nacional. Sua função é controlar e auxiliar a sinalização, utilizado para canalizar, direcionar o tráfego e delimitar áreas. Sinalização das ruas, rodovias, veículos e para a delimitação de determinadas áreas, sempre visando à segurança e a tranquilidade das pessoas, Medidas da Base: 360 x 360 mm. Peso do Cone: 1 Kg.	Unidade	4		
021	22589 54	Creme de Proteção para as Mãos 200g - O creme de proteção para as mãos PM 1000 é um creme grupo 3 – água e óleo-resistente – pintura. Não contém silicone. É testado dermatologicamente. É removido com água e sabonete. Pode ser aplicado em qualquer parte do corpo, inclusive sob luvas. Indicação: Indicado	Unidade	5		

		para proteção da pele do usuário contra água, vernizes, tintas, óleos, solventes, graxas, cimento, cal, argamassa, lã de vidro, colas instantâneas, resinas, ácidos e bases em diluição até 15%.				
022	97960 1473	Fita antiderrapante largura 48mm x 30m - Fita antiderrapante largura 48mm x 30m - Fita a base de sílica, filme de poliéster, polímero e copolímero adesivo.	Rolo	2		
023	97960 1472	Fita de Segurança para isolamento de área zebra- - Fita Zebra de sinalização e segurança produzida em filme de polietileno de baixa densidade sem adesivo, impresso em duas cores preto e amarelo, com espessura de 3 micras e colocada num tubete de papelão com largura de 70 mmx 200 metros.	Rolo	5		
024	22582 94	Luva de Algodão Com Pigmentos Palma e Dorso - tamanho G. - Luva de Algodão Com Pigmentos Palma e Dorso - proteção contra agentes mecânicos e abrasivos. Tricotada em algodão, pigmentada com pontos em PVC, totalmente sem costuras, superconfortável, com uma boa destreza e sensibilidade para	Par	20		

		proteção da mão, tamanho G.				
025	97960 1466	Luva de segurança com alta resistência a corte - Luva de segurança com alta resistência a corte, abrasão, rasgamento e perfuração- desenvolvida em algodão e poliéster de alta qualidade com revestimento corrugado, a luva de proteção que oferece excelente aderência. A luva de proteção deve ser desenvolvida em algodão e poliéster com revestimento total (palma e dorso) de borracha natural e parcial (palma e ponta dos dedos) de borracha natural corrugado. Punho elástico. Tamanho G	Par	100		
026	97960 1465	Luva Ranhurada - Luva de segurança, confeccionada em borracha natural, ou seja látex, super-reforçada, clorinada internamente, superfície externa antiderrapante na face palmar, nos dedos e na ponta dos dedos, Certificações ISSO 374 Tipo A, EN 388, EN 407, tamanho G.	Par	150		
027	97960 1469	Luva Segurança de vaqueta - luva de proteção feita de couro de vaqueta, utilizadas em trabalhos que envolvem manuseio de	Par	50		

		materiais ásperos, uso de ferramentas manuais, trabalhos em construção, indústria pesada, agricultura e outras atividades que apresentam riscos para as mãos, tamanho G.				
028	22576 79	Oculos RJ Incolor - Óculos de segurança constituído de um arco de material plástico preto, com um pino central e uma fenda em cada extremidade, utilizadas para o encaixe de um visor de policarbonato incolor, com apoio nasal e proteção lateral injetada do mesmo material, com um orifício na parte frontal superior e uma fenda em cada extremidade para o encaixe no arco. O arco possui borda superior com meia-proteção na parte frontal e nas bordas. As hastes são confeccionadas do mesmo material do arco e são compostas de duas peças: uma semi-haste vazada com umas das extremidades fixadas ao arco por meio de parafuso metálico e outra semi-haste com um pino plástico em uma das extremidades da semi-haste anterior e que permite o ajuste do tamanho.	Unidade	50		

029	97960 1493	Placa sinalizadora Piso Molhado - Placa feita em PEAD - Placa sinalizadora Piso Molhado - Placa feita em PEAD - Polietileno de Alta Densidade, maior durabilidade, resistência e leveza. Medida Aberta: 65 cm (altura) x 27 cm (largura) x 31 cm (profundidade) Medida Fechada: 67 cm (altura) x 27 cm (largura) x 25 cm (profundidade).	Unidade	4		
030	22582 97	Protetor Auricular de Silicone Tipo Plug - Protetor Auricular de Silicone Tipo Plug com atenuação de até 15 Decibéis ,têm um design com 3 flanges único que ajuda a fornecer um ajuste seguro e confortável. Ajuda também a criar um selo de bloqueio de ruído suave no canal auditivo para a efetiva proteção auditiva, fácil remoção e ajuda a manter as pontas limpas quando as mãos do trabalhador estão sujas.	Unidade	25		
031	97960 1471	Protetor Solar FPS 60 - Proteção à pele contra os efeitos nocivos da radiação solar, prevenindo as queimaduras solares. Com toque seco e fácil espalhabilidade, não deixa a pele	Frasco	10		

		esbranquiçada e possui aplicação rápida e prática 120 ml.				
Total ==>						